



Deserdados

Os Índios do Brasil

uma publicação da Survival International
www.survival-international.org

‘Os brancos clamam hoje: “Nós descobrimos a terra do Brasil!” Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. “Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros, e por isso somos importantes!” dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Eu sou filho dos antigos Yanomami, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Eu não digo “Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possuo!” Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: “Eu descobri o céu!”. Também não clamo: “Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!” Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos.’

Davi Yanomami, 1999





Em 1500 havia mais de mil tribos diferentes no Brasil. Hoje, estima-se haver 215.



215 povos distintos
53 grupos não-contactados
0 terras de propriedade indígena

Deserdados

Os Índios do Brasil

CONT E Ú D O

Introdução	1
Mapa	6
O Genocídio mais longo	9
Tribos não contatadas	21
Fugindo	27
O primeiro contato	33
O caminho de casa	39
O caminho da destruição	45
Genocídio	49
O Fim da linha	55
Sem razão de viver	61
Xamanismo	69
Contra as expectativas	75
Propriedade da terra	79
Survival	89
Agradecimentos	90

'Hoje o meu povo vê a sua terra invadida, as suas florestas destruídas, os seus animais exterminados, e têm os seus corações lacerados por essa arma brutal que é a civilização. Para o homem branco e o povo 'civilizado' isso pode parecer romântico. Mas não é assim para o nosso povo, esta é a nossa vida.' Mulher Kaingang, 1975



INTRODUÇÃO

‘Quando vocês falam que foram mortos aproximadamente seis milhões de pessoas nos campos de concentração, das quais, grande parte se sabe o nome e dia da morte, nós indígenas lembramos os quase seis milhões de irmãos nossos exterminados sem que se tenha, na maioria dos casos, qualquer informação sobre esses massacres. Foi um extermínio silencioso e contínuo, que continua até hoje.’ Nailton Pataxó numa visita a um campo de concentração Nazista, Alemanha, 2000

Estima-se que no Brasil havia cinco milhões de habitantes quando os primeiros europeus chegaram há 500 anos. Cinco séculos de matança, tortura, doenças e exploração vem devastando a população indígena. Atualmente a população indígena é de apenas 350.000, e centenas de tribos tem sido destruídas, sem deixar marca. Não há dúvida que isso se trata de genocídio. Cinquenta por cento da

população judia da Europa foi dizimada nas mãos dos nazistas, enquanto o número de índios que pereceu no Brasil foi superior a 93%. Os colonizadores europeus e seus descendentes brasileiros mataram milhões ou contribuíram de vários modos em situações onde a morte se tornou inevitável.

Os índios do Brasil são constituídos por uma enorme variedade de povos, que habitam a floresta tropical, o cerrado, caatinga e sertão. Alguns não se diferenciam da massa de brasileiros pobres. Muitos outros, apesar de séculos de intenso contato, ainda mantêm uma identidade distinta. Há também grupos que não tem contato com não índios, sendo

Os índios do Brasil são considerados como incapazes perante a lei e nenhuma tribo tem direito à propriedade da terra.

Menina Araweté

Survival iniciou a campanha pelos direitos dos povos indígenas do Brasil em 1969.

provavelmente o Brasil o país no mundo com o maior número de tribos isoladas.

Esse nível de diversidade é comum na América do Sul, mas há quatro elementos que caracterizam a situação do Brasil:

- há um grande número de povos com pouco contato, e conseqüentemente bastante vulneráveis;
- o direito indígena à propriedade da terra, embora tenha sido instituído por leis internacionais, não é reconhecido pelo governo brasileiro;
- o governo brasileiro tem um departamento para tratar de assuntos indígenas, e bastante verba para isso;



- apesar disso, com poucas exceções, as autoridades não protegem os povos tribais do Brasil, que estão entrando no sexto século de genocídio.

O Brasil é o único país Sul-Americano que tem um departamento ativo do governo de considerável porte dedicado a assuntos indígenas. Este departamento, agora chamado FUNAI, foi fundado no começo do século XX por um compreensivo oficial do exército, com a função de proteger e prestar ajuda aos índios, mas falhou e não preveniu o desaparecimento de tribos numa média de uma a cada dois anos durante o século XX. Em certas ocasiões, esse órgão contribuiu de forma ativa ao genocídio.

Successivos governos foram incapazes de pôr um fim a esta constrangedora tragédia humana. Pressões exercidas por setores influentes vem tentando corromper os poucos indivíduos dentro do governo e da própria FUNAI, que demonstram afinidade pela questão indígena. Muitos políticos recebem dinheiro e votos de madeireiros e garimpeiros, e alguns tem suas contas bancárias recheadas com verbas desviadas de fundos internacionais para o 'desenvolvimento'. As forças armadas constantemente forjam perigos de ameaça estrangeira para justificar a militarização das fronteiras – onde vivem os índios – e dessa maneira aumentar o seu próprio poder e status. Todos estes grupos são da mesma opinião, de que os índios estão impedindo o desenvolvimento e frustrando

Mais de 40 mil garimpeiros invadiram a terra Yanomami em sete anos, a partir de 1986, trazendo malária e outras doenças às quais os índios não tinham resistência. Quase 20% dos Yanomami foram mortos. Essa mulher foi uma dos doentes que foi retirada de avião.



os seus planos e ambições. Mais do que nunca, seus pontos de vista tem sido aceitos e quaisquer leis e decretos em favor dos índios tem sido enfraquecidos ou totalmente descartados. Assim que os limites de uma reserva indígena não formalmente identificados no mapa, pressão começa a ser exercida para tentar reduzir a área ou eliminá-la por completo.

Nos últimos cinquenta anos bilhões de dólares entraram no país, provenientes de agencias internacionais tais como o Banco Mundial, vindos dos impostos pagos pelos norte-americanos e europeus. O trabalho de grupos que apoiam a causa indígena garantiu que pelo menos parte destas verbas – milhões de dólares – seja alocada pelo governo para a proteção de áreas indígenas. Além disso, o governo brasileiro assumiu a obrigação constitucional de efetuar a demarcação das terras indígenas até 1993, mas um terço dos territórios ainda não foi demarcado. Mesmo que uma área tenha sido demarcada, a terra não é devidamente protegida: os invasores

A floresta amazônica ainda está sendo derrubada e queimada numa escala colossal.

ilegais que fazem uso de violência, são tratados com impunidade.

Se a demarcação for completada e devidamente aplicada, oferece um pouco de proteção – mas mesmo assim não há segurança. Tribos indígenas continuam vulneráveis enquanto o Brasil se recusa a observar a lei internacional que especifica o direito de propriedade dos povos tribais às suas terras, uma lei que surpreendentemente o Brasil ratificou em 1965 e logo se esqueceu. É um ultraje à justiça natural, e também às leis brasileiras e internacionais, que no século XXI, nenhum dos povos que vem habitando o Brasil ao longo dos últimos 10.000 anos não sejam proprietários de nenhuma parte das suas terras.

Se essa situação for comparada com a do Peru, não geralmente visto como complacente com os índios, fica mais claro que o Brasil tem um grande motivo de que

se envergonhar. O Peru é um país muito mais pobre (com renda per capita quase duas vezes menor que o Brasil), não tem recebido ajuda internacional consistente para a manutenção de seu programa indígena e abriga mais índios amazônicos que o Brasil. Enquanto que para os índios brasileiros a expectativa é de obter no máximo reservas, os índios do Peru, desde 1974, vem usufruindo de títulos plenos conferindo-lhes a propriedade de terras comunitárias, perpetuamente. Uma média de duas comunidades peruanas receberam títulos a cada semana nos primeiros anos desde que a lei entrou em vigor em 1974.

Xavante na reunião indígena em Coroa Vermelha em abril de 2000, marcando o aniversário de 500 anos da chegada dos europeus no Brasil. O batalhão de choque abriu fogo na marcha pacífica, que foi paralisada com gás lacrimogêneo e balas de borracha. Índios que tentaram passar foram espancados.



Pode ser verdade que os piores excessos na história do Brasil já tenham cessado: o deliberado envenenamento de aldeias completas, bombardeamento por terra e por ar das malocas, que eram ‘obstáculos’ na construção de estradas, massacres de centenas de índios de uma só vez – tudo isso ficou no passado e espera-se que não ocorram mais. Cientistas sociais não mais aconselham o governo brasileiro a erradicar os índios, como vinham fazendo. E ao longo dos últimos 30 anos, um pequeno porém vigoroso movimento pró-índio vem se desenvolvendo, representado até nos altos escalões do governo brasileiro e da Igreja. E mais importante, surgiu um movimento indígena que deu origem a dezenas de organizações que lutam pelos seus direitos.

Porém ainda há o fato de os índios estarem sendo mortos e praticamente ninguém ser



‘Eu tenho orgulho de fazer parte de um povo diferente com a minha cultura e terra próprias. Eu quero que o meu povo aprecie a sua própria cultura. Os Portugueses vieram para dentro do nosso Brasil para conquistar-nos e mandaram matar nós para poder tomar nossa terra. Antes éramos autônomos. Apesar de tudo ainda temos uma grande força da natureza adentro. Hoje ainda sou índia, defendo aonde quiser, quem quiser cortar meu pescoço pode cortar, mas eu morro dizendo que eu sou Sateré-Mawé.’ Zenilda da Silva Vilacio, Sateré Mawé, 1998

indiciado. Atualmente crianças indígenas com idade de até mesmo 9 anos estão cometendo suicídio devido à falta de terra e futuro incerto. Somado a esse fato, um grande número de índios está sucumbindo à doenças fatais que contraem em virtude da invasão de suas terras: uma recente epidemia de malária espalhada por garimpeiros matou quase 20% de Yanomami em apenas sete anos.

Tribos contatadas recentemente e aquelas que estão sendo contatadas agora ainda correm o risco de aniquilação. Se conseguirem sobreviver, enfrentarão dizimação e enorme sofrimento, exatamente como ocorreu nos séculos passados. A única solução a longo prazo – a única garantia para a segurança dos índios do Brasil – é o governo brasileiro honrar a lei internacional e reconhecer o direito dos índios à propriedade da terra. Sua recusa é uma clara demonstração de racismo institucional, mas este é tão intrínseco nas atitudes que mesmo muitos que apoiam a causa dos índios temem que se a questão for levantada

provocará um forte sentimento anti-índio nos setores influentes.

Este livro não pretende fazer um relato completo dos povos indígenas do Brasil. Concentra em alguns povos específicos, e amplamente nos menos contatados, que são os mais vulneráveis, indicando a crise e descrevendo casos particulares. Aqui argumenta-se que eles enfrentam o genocídio – talvez não mais intencional, porém genocídio – do mesmo modo que outras tribos sofreram desde que os primeiros europeus por aqui chegaram há cinco séculos. Tão atroz crime não deve ser um mero problema ‘interno’ para o Brasil, é um crime contra a humanidade, tornando-se assim interesse e responsabilidade de todos.

Mapa

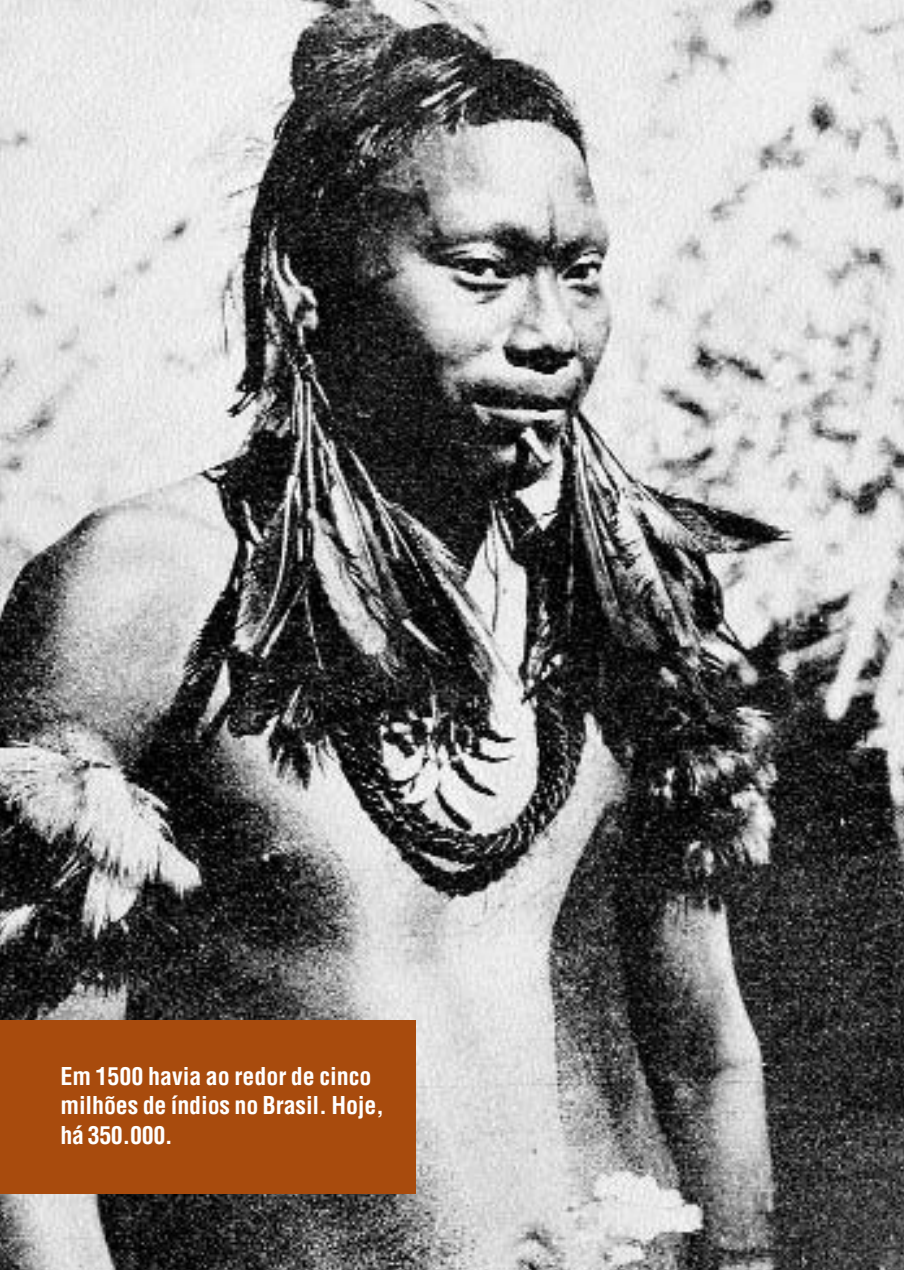
mostrando somente os povos tratados neste livro



215 povos indígenas
11% classificadas como áreas indígenas

territórios variam de 9.4 milhões de hectares dos Yanomami, a nove hectares para 400 Guarani em Campestre.

0% propriedade dos povos indígenas



Em 1500 havia ao redor de cinco milhões de índios no Brasil. Hoje, há 350.000.

O genocídio mais longo

Antes de 1500

Não se sabe ao certo de que modo os primeiros povos chegaram ao Brasil. A explicação aceita é a que há 30.000-40.000 anos, tribos de caçadores-coletores atravessaram uma faixa de terra que ligava a Ásia ao Alasca, tendo seus descendentes gradualmente espalhado-se pelo continente americano, alcançando o Brasil ao redor do ano 10.000 AC. Entretanto, alguns estudiosos acreditam que pinturas rupestres encontradas em sítios arqueológicos recém-descobertos no sertão do Brasil sejam mais antigas do que a teoria acima sugere, tendo talvez 50.000 anos. Em vista disso, novas teorias vem sugerindo que várias tribos chegaram à América do Sul antes, talvez por mar.

Com toda certeza, na chegada dos europeus o Brasil era habitado por pelo

Xamã Umutima. Uma epidemia de sarampo matou os últimos 75 da sua aldeia em 1969, após somente duas gerações de contato com os brancos. Hoje sobrevivem cem Umutima.

menos mil tribos, formando uma população estimada entre 5 e 6 milhões. Havia uma enorme diversidade de povos, desde sociedades fixas de agricultores nas planícies inundáveis da Amazônia, possuidores de ricas culturas e capazes de mobilizar poderosos exércitos, à povos caçadores-coletores que habitavam os terrenos mais elevados ou a floresta distante dos rios, cujas sociedades eram provavelmente mais igualitárias e principalmente nômades, organizados em pequenos grupos semelhantes a caçadores-coletores atuais.

1500-1900

O primeiro encontro com os europeus deu-se no dia 22 de Abril de 1500, na terra dos índios Tupinikim, cuja população na época era de dezenas de milhares e agora conta com menos de cem. A troca de um chapéu por um cocar de penas marcou o início de uma invasão que iria destruir milhões. No início o contato foi relativamente amigável, caracterizado pela permuta e



Handwritten text in Portuguese, likely a letter or official document, written in a cursive script from the 16th century.

Senhor... o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra.

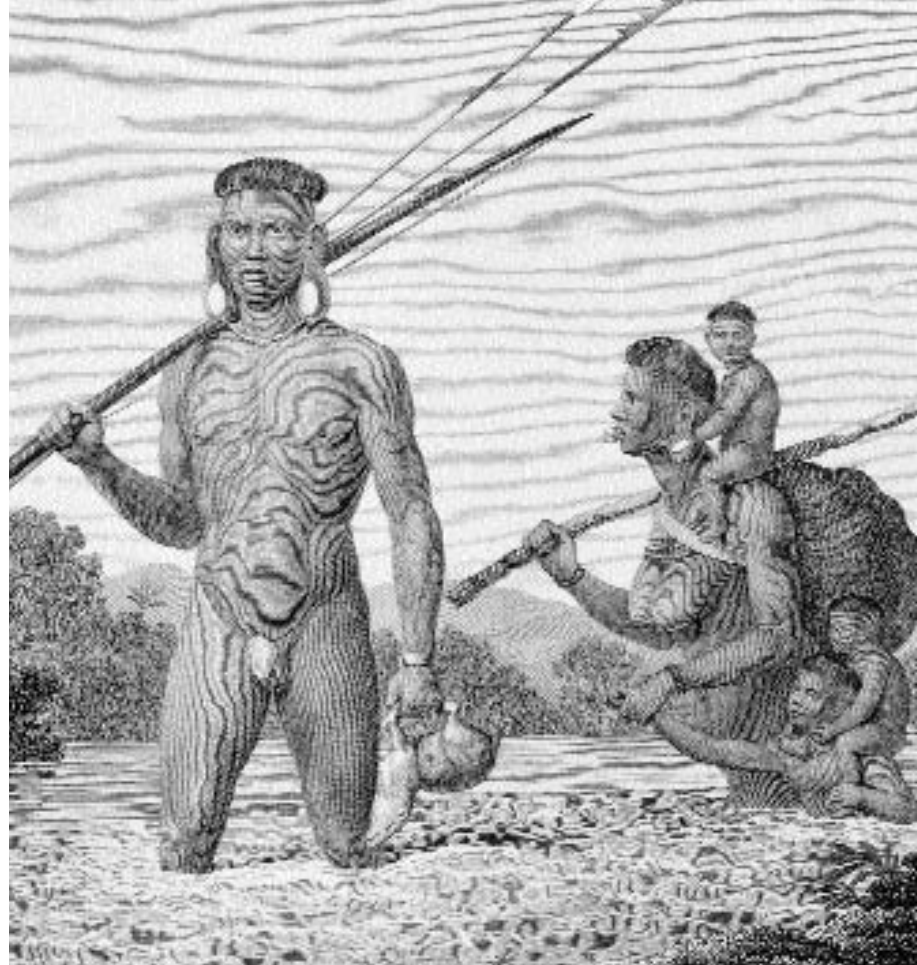
Carta de Pêro Vaz de Caminha a Dom Manuel, Rei de Portugal, 1º de Maio de 1500

pela fascinação europeia com os 'exóticos' índios, dos quais alguns chegaram a ser levados para a Europa como 'curiosidades'. Diversos escritores e filósofos europeus, tais como Montaigne e depois Rousseau, foram inspirados pela aparente liberdade e honestidade dos índios e seus textos popularizaram a noção do 'nobre selvagem', até hoje em uso.

Contudo, a atitude dos europeus no Brasil foi tornando-se cada vez mais hostil. A relação entre os índios e os colonizadores era ditada em função das armas mais poderosas dos europeus e do anseio de acumular bens materiais. Essa cobiça era desconcertante para muitos índios. Com a intensa pilhagem dessa nova terra pelos exploradores portugueses e outros europeus, milhares de índios foram escravizados e forçados a trabalhar para os 'senhores' europeus. Tribos inteiras foram

dizimadas com os horrores da escravidão e milhares de indivíduos morreram ao entrarem em contato com doenças desconhecidas por eles, às quais não apresentavam defesa imunológica. No início do século XVII havia tão poucos índios no litoral que os colonizadores iniciaram o tráfico de escravos da África para o trabalho nos engenhos de açúcar. Embora a escravidão indígena tenha sido finalmente abolida em 1755 e a dos negros em 1888, o costume continuou abertamente até o fim do século XIX, perpetuado pelos 'barões da borracha' que no período do 'boom da borracha' entre o fim do século XIX e meados do século XX, impiedosamente exploraram a Amazônia e os seus habitantes. A 'escravidão por

Relevo de uma família Botocudo, c. 1835. Célebres pela resistência aos ataques militares, os Botocudo insurgiram-se contra os missionários Franciscanos que os forçavam viver em aldeias fixas e tomaram as suas crianças. Muitos índios morreram quando o exército foi chamado, e outros 400 mais morreram de uma epidemia de sarampo logo em seguida.



'As injustiças e o despotismo praticados contra os índios dessas terras excederam incomparavelmente o que foi feito na África. Num espaço de 40 anos dois milhões de índios foram destruídos ao longo do litoral e no interior, e também mais de quinhentas aldeias do tamanho de cidades, e ninguém foi punido por isso.' Antônio Vieira, padre jesuíta, 1657



‘O trabalho na lavoura da cana é intolerável. Muitos escravos morrem. Os senhores de engenho cometem muitos pecados.’
Fernão Cardim, padre jesuíta, 1584

dívida’, uma forma menos explícita de escravidão, era comum até a década de 70 e ainda hoje há casos de índios que se encontram nesta situação, como os Guarani e os Xacriabá que trabalham nas plantações e fazendas.

Em 1609 o rei Felipe II de Portugal proclamou ‘liberdade total’ aos índios, mas também decretou que legalmente tratavam-se de menores. A recusa ao reconhecimento legal dos índios como adultos, e a conseqüente rejeição dos direitos a isso vinculados, continua ainda hoje. Durante séculos os índios foram ‘confiados’ a várias autoridades e órgãos do governo: primeiro à missionários, depois à funcionários do governo colonial, cujas tentativas de encurralar, assimilar, converter ou explorar os povos nativos levou-os ao desespero e a morte. Milhares

foram dizimados por epidemias ou por exaustão causada por excessivo trabalho.

Ao decorrer dessa história, muitos dos índios do Brasil resistiram à exploração e a violência, lutando para defender seus direitos e suas terras, ou evadindo opressores. Alguns povos indígenas lutaram contra europeus em batalhas de grande escala freqüentemente obtendo sucesso e conseguindo manter os colonizadores à distância por um tempo. Outros povos resistiram com êxito através do uso de técnicas de guerrilha. Mas no final, o número enorme de colonizadores com armas de fogo, lhes permitiu o triunfo, caso os índios já não tivessem sido derrotados por enfermidades.

1900

Finalmente os índios encontraram defensores dentro da administração governamental. Cândido Mariano da Silva Rondon foi o fundador e o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI),

estabelecido em 1910. Rondon era bisneto de uma índia Bororo e tinha sem dúvida boas intenções. No entanto, a organização que ele chefiava teve finalmente um efeito desastroso nas populações indígenas, em conseqüência da política de assimilação dos índios pela sociedade envolvente. Os recursos foram cortados aos poucos e os idealistas, incluindo o próprio Rondon, foram substituídos por burocratas incompetentes e não simpatizantes. Abusos contra os índios ocorreram de forma desenfreada e as tribos que o SPI devia proteger foram abandonadas à mercê de garimpeiros, colonos e fazendeiros, cada vez mais violentos e homicidas.

Dos anos 40 aos 60

Embora no final da década de 40 e começo dos anos 50 o SPI teve bons períodos, um

movimento pró-índio mais efetivo foi fomentado pelo trabalho dos irmãos Villas Bôas. Eles sentiam admiração e respeito pelos povos indígenas que encontraram, mas apresentavam uma abordagem mais dirigida à proteção do que tentar assegurar seus direitos ou autodeterminação. Na década de 50 eles criaram o Parque do Xingu, que na época foi visto como um projeto radical. Este ‘abrigo seguro’ passou a alojar 16 tribos, algumas das quais trocaram as terras dos seus ancestrais pela segurança e saúde encontrada dentro do Parque. É fácil criticar o caráter paternalista de tal esquema, no qual os índios não tinham nenhuma escolha, mas na época poucos estavam dispostos a apoiar os povos indígenas. Os irmãos Villas Bôas defenderam estes índios correndo riscos pessoais. Eles consideravam a abordagem de contatar e

NOMES INDÍGENAS

Apesar da sociedade brasileira ser influenciada predominantemente por descendentes de portugueses e outros europeus, nomes indígenas encontram-se por toda parte. Muitas montanhas, rios e localidades, como por exemplo a Baía de Guanabara, tem nomes de origem indígena. Manaus, a capital do Amazonas, recebeu seu nome da extinta tribo Manao, que ali vivia. O nome das cataratas do Iguaçu significa ‘água grande’, e o nome do estádio do Maracanã tem origem no Tupi-Guarani, significando ‘grande estrondo’ e também é o nome de uma espécie de papagaio.

O Tupi, um dos maiores grupos lingüísticos no Brasil, teve uma grande importância e influência duradoura na terminologia e idioma brasileiros. Os primeiros colonizadores europeus adaptaram o Tupi-Guarani para comunicação com as tribos de língua Tupi. Esse idioma tornou-se a língua geral e ainda é usado na região amazônica.

Muitos animais, pássaros e peixes tem nomes indígenas – caiman é palavra Carib que significa jacaré. Rede também é uma palavra Carib e tapioca, do Tupi, quer dizer ‘resíduos extraídos sob pressão’.



O MASSACRE DOS CINTA LARGA

O povo conhecido como Cinta Larga sofreu inúmeros ataques violentos e criminosos de seringueiros entre 1920 e 1960. O célebre incidente ‘Massacre do Paralelo 11’ ocorreu em 1963 na cabeceira do rio Aripuanã, onde a companhia Arruda, Junqueira e Cia estava extraído borracha. O chefe desta companhia, Antônio Mascarenhas Junqueira planejou o massacre dos Cinta Larga – pois ele os considerava como um obstáculo para as suas atividades:

‘Estes índios são uns parasitas, uma vergonha. É hora de acabar com eles, é a hora de eliminar estas pestes. Vamos liquidar estes vagabundos.’

Ele alugou um avião para sobrevoar a aldeia Cinta Larga, na qual arremessou dinamite. Mais tarde, alguns dos assassinos voltaram a pé para exterminar os sobreviventes. Ao encontrar uma mulher amamentando, eles balearam a cabeça do bebê, penduraram a mãe de cabeça para baixo e cortaram seu corpo no meio. O juiz deste caso disse: ‘Nunca assistimos a uma história com tanta violência, tanta infâmia, egoísmo e selvageria em que a vida humana vale tão pouco.’

Em 1975, um dos executores do crime, José Duarte do Prado, recebeu sentença de 10 anos, mas foi perdoado ainda no mesmo ano. Durante o julgamento, ele declarou: ‘Índio é bom de matar, são preguiçosos e traiçoeiros.’

relocar tribos ameaçadas como muitas vezes a única alternativa à integração, à qual eles se opunham completamente. ‘Integrar, pacificar, aculturar são expressões absurdas, talvez até criminosas. A integração tem sido uma política desastrosa com os povos indígenas.’

Em 1967 o real alcance das ações criminosas perpetradas contra a população nativa no Brasil foi revelado no relatório

Índios Kayapó. Em 1989 eles fizeram protestos em Altamira contras as propostas do governo para a construção de usinas hidroelétricas ao longo do rio Xingu. Esses protestos ganharam apoio internacional e o projeto foi arquivado. Se prosseguisse, a represa teria alagado boa parte do seu território.

Figueiredo sobre o tratamento dos índios brasileiros. Esse documento de 5.000 páginas revelou um catálogo de atrocidades cometidas contra os índios, registrando assassinatos coletivos, tortura e guerra bacteriológica, escravidão relatada, abuso sexual, roubo e negligência – na maioria ocorridos durante os sete anos anteriores ao relatório. Havia relatos de que grupos de Pataxó foram proposadamente infectados com varíola; que os Tapayúna (Beijos de Pau) foram envenenados com arsênico e veneno de formiga; que fazendeiros embriagaram os Maxacali, e foram baleados por seus jagunços que os mataram a tiros, aproveitando-se do fato de estarem bêbados. O autor do relatório

‘Eles enfrentaram cães, correntes, rifles Winchester, metralhadoras, bombas incendiárias, arsênico, roupas contaminadas com varíola, certificados negativos, remoção, deportações, estradas, incêndios, capim, gado, os decretos da lei e a negação dos fatos.’

Darcy Ribeiro, antropólogo e senador brasileiro, 1981



comparou o sofrimento dos índios àquele sofrido nos campos de concentração nazista, e chegou à conclusão de que 80 tribos desapareceram completamente. O descaso criminoso do SPI foi responsável por grande parte do sofrimento e pelo desaparecimento de tribos inteiras.

Um inquérito judicial foi aberto logo após o relatório e 134 funcionários do governo foram acusados de terem cometido mais de 1.000 crimes. Trinta e oito foram demitidos. Nenhum deles cumpriu pena por estes crimes. O relatório nunca se tornou público e quase ninguém, além de poucos que trabalhavam para o governo tiveram acesso a esse. Vários anos após a sua publicação, foi queimado em um misterioso incêndio num escritório do governo. Mas no próprio Brasil este relatório causou uma manifestação pública que teve repercussões no exterior. Um jornal britânico (The Sunday Times) enviou o escritor Norman Lewis para investigar e em seu artigo intitulado ‘Genocídio’, ele chocou o público e levou à fundação da Survival International em 1969. Nos três anos seguintes missões da Cruz Vermelha, Survival International e Aborigines Protection Society visitaram dezenas de tribos e a publicação dos resultados levou a situação dos índios do Brasil à arena internacional.

O SPI, descreditado, foi substituído em 1967 pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que ainda hoje mantém a responsabilidade por assuntos indígenas. Com recursos irremediavelmente escassos e desnecessariamente burocrática, a FUNAI teve o seu papel muitas vezes

Mulher e criança Matis



‘Com fogo e espada, com arsênico e balas – a civilização levou seis milhões de índios à extinção.’ Sunday Times, 1969. Este artigo de autoria de Norman Lewis levou à fundação da Survival International no mesmo ano.

enfraquecido e controlado por políticos anti-indígenas. Um de seus antigos presidentes descreveu os índios como sendo ‘cistos étnicos’ que ‘o Brasil não irá tolerar dentro das suas próprias fronteiras’; outros, como Romero Jucá, foram acusados da venda ilegal de lucrativos contratos de extração de madeira em terras indígenas.

Dos anos 70 aos 90

O objetivo explícito da FUNAI era o de integrar os povos indígenas, não importando a vontade dos índios.

EMANCIPAÇÃO

Em 1981, o governo brasileiro estruturou um novo plano para remover as terras pertencentes aos índios. Em um período de 10 dias a FUNAI criou uma série de critérios para estabelecer a noção do que é ser índio. O documento que continha estes critérios citava que índios apresentam ‘características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis’.

Esses critérios baseavam-se por exemplo, no fato de um indivíduo usar roupas e falar a língua nacional. Aqueles considerados ‘índios’ permaneceram excluídos, destituídos de muitos direitos sociais e políticos. Mas aqueles que não foram considerados ‘índios’, incluindo os que falavam português, teriam que ser ‘emancipados’, ou seja, não mais seriam considerados como incapazes perante a lei, e perderiam todo e qualquer direito de viver ou usar terras indígenas.

O protesto foi imediato. Daniel Cabixi, um índio Pareci, declarou que ‘essa emancipação é uma arma letal que simplesmente vai nos privar de qualquer chance ou instrumento para protesto contra as violações dos nossos direitos’. Um bispo brasileiro descreveu o projeto de emancipação como ‘um ato sofisticado de genocídio’.

Survival organizou uma campanha internacional. Diante dos protestos no Brasil e no exterior, o governo retrocedeu.

PRISÕES

A FUNAI criou a sua própria penitenciária, que permaneceu secreta por muitos anos, e foi descrita por um antigo funcionário como um ‘campo de concentração’. Índios rebeldes que se opunham à FUNAI eram enviados para lá e obrigados a fazer trabalho forçado. Essa prisão nunca teve grande número de detentos, e foi fechada depois de alguns anos.

Ali também se fazia o treinamento de jovens para a ‘Polícia Indígena’, uma força policial criada pelo SPI e dirigida pelo governo, cujos membros, imbuídos em ‘disciplina militar’, tinham a função de espalhar o terror ao voltarem para as aldeias. Depois de oito anos de protestos, a Polícia Indígena foi desativada em 1974.

Enquanto isso, a Amazônia estava sendo aberta por enormes obras como a construção de estradas e rodovias e projetos de ‘desenvolvimento’, em que a motivação era em parte política, em parte econômica: a superpopulação do Nordeste e do Sul estava gerando descontentamento com o governo, o qual erroneamente buscou uma solução através do deslocamento para a Amazônia. O exército também exigiu acesso às fronteiras amazônicas, para a defesa contra incertas ameaças de países vizinhos menos poderosos. O fluxo de migrantes para o Amazonas levou mais doenças e os índios novamente foram forçados a sair de suas terras, desta vez para permitir a construção de barragens, estradas, exploração de minérios e criação de gado.

Na década de 70 alguns povos indígenas cada vez mais conscientes de que suas experiências de violência e discriminação eram compartilhadas pelo país afora, começaram se unir para exigir seus direitos. A primeira assembléia nacional indígena deu-se em 1977 e a primeira organização brasileira indígena, a União das Nações Indígenas (UNI) foi formada em 1980. Previsivelmente, o governo declarou que não apoiaria nem permitiria: ‘Os índios não tem direitos civis integrais e tais entidades seriam ilegais, já que os índios são considerados legalmente incapazes.’ Porém o movimento dos direitos indígenas recusou-se a ficar calado. Hoje há mais de cem organizações indígenas a nível local e nacional e novas estão se formando todo o tempo. Cada uma apresenta características próprias e variam muito em tamanho e nível de organização. A maioria das organizações na Amazônia participa da Coordenação

das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira que tem papel coordenador.

Além disso, há inúmeras organizações não indígenas de apoio no Brasil. Algumas foram fundadas por missionários, outras por antropólogos ou outros especialistas que trabalham com os povos indígenas. As mais antigas são o Conselho Indigenista Missionário, iniciado por missionários católicos pró-índios, e a Comissão Pró-Yanomami, fundada por Claudia Andujar e outros e que foi crucial na conquista do reconhecimento legal do território Yanomami em 1992. Outras organizações pro-índio significativas incluem o Instituto Socioambiental, o Centro de Trabalho Indigenista, a Comissão Pró-Índio de São Paulo, e a Operação Amazônia Nativa.

2000 – sexto século de genocídio

No entanto a violência e abuso contra os índios continuam. Nos últimos anos, por exemplo, mulheres Pataxó Hã-Hã-Hãe sofreram esterilização forçada, Tikuna foram massacrados por madeireiros em uma reunião, e índios não contactados foram mutilados e baleados. Os povos indígenas de hoje estão contra-atacando e contam com o apoio de muitos, mas eles ainda sofrem ataques e perseguição de homens brancos e empresas que cobizam suas terra a qualquer preço; descaso por parte do governo que os considera como legalmente incapazes e que recusa o direito a propriedade da terra indígena; e a estereotipagem de muitos, pelo mundo, que os vêem como objetos exóticos, heróis da ecologia, ou primitivos antiquados.



Tribos não contatadas

Acredita-se que existam pelo menos 70 povos isolados no mundo inteiro. A maioria deles, provavelmente mais de 50, encontra-se no Brasil, e essas tribos isoladas variam em tamanho, como é o caso dos Akuntsu e dos Kanoê, que não excedem a poucas dezenas, ou como os Korubo e Awá, dos quais imagina-se existir entre 100 e 200.

A realidade do que significa ser 'não contatado' no século XXI é bastante complexa. Talvez alguns destes povos jamais tiveram um contato sequer com brasileiros, brancos ou negros, mas com certeza já tiveram contato com outras tribos vizinhas. Alguns destes grupos já tiveram contato com colonos e outros,

mesmo que tenha ocorrido há centenas de anos. Outros 'povos' isolados são na verdade pequenos grupos de uma tribo, da qual outros membros agora vivem em contato com não índios, muitas vezes em 'postos de contato' criados pelo governo. Permanecer isolado não é fácil: o recuo para áreas mais remotas trata-se de uma decisão planejada, para evitar o ataque de novas doenças, de homens armados, madeireiros, escravistas ou missionários.

Mesmo quando uma tribo mantém-se 'escondida', por vezes durante séculos, frequentemente observam dissimuladamente os seus vizinhos e até mesmo apropriam-se de objetos quando aparece uma oportunidade. E se

Uma mulher do único grupo contatado dos Korubo. O seu povo sofreu inúmeros ataques violentos nos últimos anos e o seu território é cada vez mais ameaçado por madeireiros. A grande maioria de Korubo vive isolada no Vale do Javari.

Há pelo menos 50 tribos não-contatadas no Brasil – mais do que em qualquer outro país do mundo.



Um índio Korubo recém-contatado olha um Matis, membro da missão de contato, através da lente de uma máquina fotográfica. Desde o contato, estes Korubo ficaram na floresta, e desta maneira protegidos de doenças.

necessário, eles provavelmente seriam capazes de matar, pois para uma tribo cujo único conhecimento do mundo de fora vem de estórias sobre assassinos com armas de fogo, qualquer aproximação feita pelo homem branco justificadamente parecerá uma ameaça mortal.

A maioria dos povos isolados do Brasil vive na floresta Amazônica, e tem um estilo de vida nômade ou semi-nômade, continuamente se locomovendo e portanto evitando o contato. Mas para muitos, este não é o modo de vida 'tradicional': os Awá, por exemplo, já foram agricultores sedentários mas adotaram o nomadismo

para escapar dos ataques dos brancos.

Todos os povos isolados tem um conhecimento profundo e detalhado do ambiente natural onde vivem, sendo esta uma necessidade para garantir a sobrevivência já que freqüentemente ocupam terras pouco férteis, evitando assim o assédio de colonos e fazendeiros. Entretanto, a sobrevivência nestas condições requer uma grande habilidade.

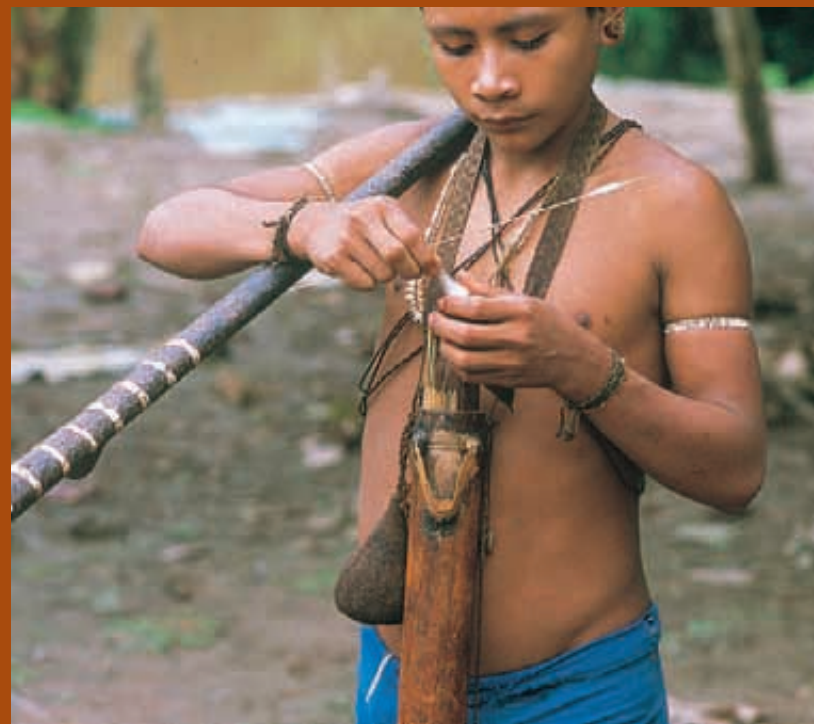
Em 1988 a FUNAI criou uma unidade para os índios não-contatados. Agora, a FUNAI só tenta estabelecer contato com tribos isoladas se considerar que estejam

Índio Matis preparando dardo de zarabatana, embrulhando a ponta com algodão para ajudar a trajetória de voo. Zarabatanas, com 3 metros de comprimento, são armas de precisão e são usadas para caçar macacos e aves.

VENENOS

Em toda a América do Sul, tribos desenvolveram o uso de venenos que ocorrem na natureza como instrumento de caça. O curare, por exemplo, pode ser feito de várias plantas. Ferve-se a casca que é então passada na ponta da flecha ou dardo. Esses venenos agem como um poderoso relaxante muscular, paralisando a presa, mas sem afetar a carne quando for ingerida. Não somente plantas, mas algumas espécies de rãs também fornecem venenos.

Na Amazônia mais de trinta plantas e cipós diversos são utilizados como veneno de peixe. Essas plantas são maceradas e pulverizadas e o resultado é colocado em um riacho. O veneno deixa os peixes atordoados, que vêm à tona e são assim facilmente capturados em cestas. O peixe é comestível, pois o veneno não é absorvido pela carne. Os peixes que não são pegos recuperam-se rapidamente e voltam a nadar.



correndo sério risco de vida, como no caso dos Korubo, que vinham sendo ameaçados pelos madeireiros no oeste amazônico e foram contatados em 1996. De acordo com a sua nova política, a FUNAI demarcou a área Massacó em Rondônia, sem antes fazer o contato. Sydney Possuelo, da FUNAI, descreveu essa demarcação como ‘um marco... é o primeiro território indígena que foi demarcado para um grupo que não conhecemos, que não sabemos o nome, que não sabemos a língua e nem quantos sejam. O importante não é conhecê-los, nem tampouco estudá-los, o importante é garantir a sua sobrevivência.’

Mas os povos não-contatados do Brasil ainda se encontram em uma posição extremamente vulnerável, correndo o risco de invasões e os perigos do contato. Embora tenham vasto conhecimento de como sobreviver na floresta, eles tem pouco conhecimento de como se defender de poderosos interesses externos. Survival promove uma campanha para que o direito à propriedade da terra pelos povos indígenas isolados seja reconhecido e protegido urgentemente.



Um grupo de caçadores Awá, com suas presas: jabutis, cutias e pássaros.

Cento e dez idiomas indígenas no Brasil são falados por menos de 400 indivíduos cada.



Fugindo

OS AWÁ

Os Awá – chamados de Guajá por outros índios e brasileiros – são uma das poucas tribos nômades de caçadores-coletores do Brasil. Não se sabe ao certo quantos Awá existem: os 250 contatados vivem em quatro reservas indígenas, sendo uma ao lado da estrada de ferro de Carajás. A estimativa da FUNAI é de que existam por volta de 100 nômades ainda não contatados. Há informações frequentes de Awá que furtaram plantações ou que foram vistos perto de cidades. O território Awá fica no leste amazônico, uma larga área de floresta devastada, ainda não totalmente reconhecida pelo governo. Essa região está cada vez mais ameaçada por projetos industriais de ‘desenvolvimento’.

Há fortes evidências de que os Awá foram sedentários e agricultores, mas viram-se forçados a abandonar este costume por um modo de vida nômade. Nesse caso, isso

Rapatia e Hoyeera, um casal Awá, e seu filho sobreviveram a um massacre no qual o resto do grupo morreu. Essa foto foi tirada dois dias depois do contato feito por uma equipe do governo em 1992.

ocorreu por volta do ano 1800, em função de invasões de brancos colonizadores e das enfermidades que eles trouxeram. Muitos Awá morreram devido à doenças e também à violência sofrida nas mãos dos colonizadores. Como estratégia de sobrevivência frente a tais ameaças, houve uma fragmentação em pequenos grupos de 20-30 pessoas, facilitando o constante movimento. A adaptação à vida nômade lhes oferecia a melhor chance de sobrevivência frente a tais ameaças. Aqueles que mantêm as características nômades movem-se com grande agilidade, mudando de acampamento frequentemente e carregando brasas acesas para reacender fogueiras.

O nível de perseguição sofrido pelos Awá nos últimos 50 anos foi muito mais intenso do que aquele que os levou à vida nômade. Vários grupos tem sofrido extermínio sistemático nas mãos dos fazendeiros e colonos. Em 1979, por exemplo, sete Awá não contatados foram encontrados envenenados, quando fazendeiros deixaram intencionalmente um ‘presente’



Os Awá tornaram-se nômades para evitar os brancos que invadiam suas terras.

– farinha contendo veneno de formiga. Muitos Awá do Alto Turiaçu foram contatados por uma equipe do governo em meados dos anos 70 e morreram em consequência de uma epidemia de gripe trazida por eles.

A maioria dos Awá contatados, e muitos dos que ainda não foram, são remanescentes de massacres brutais, que os deixaram física e psicologicamente marcados. Um destes sobreviventes é Karapiru, cuja incrível história mostra a resistência do povo Awá. Em 1988, numa cidade no oeste da Bahia, correu uma notícia de que os animais estavam sendo atacados por flechas. Depois de um certo tempo, a alguns km da cidade, um fazendeiro viu um índio andando pela caatinga, levando consigo umas flechas, um facão, vários recipientes com água e uma perna de porco defumada. O fazendeiro seguiu o índio, que ao vê-lo, colocou todas as coisas que carregava no chão, uma por uma. Eles se cumprimentaram, e o índio foi com o fazendeiro para a cidade, onde ficou morando com uma família, ajudando-os a cortar lenha e alimentar os porcos.

A notícia sobre este índio desconhecido se espalhou, e antropólogos intrigados pelo fato logo apareceram. Eles o identificaram como pertencente ao grupo Awá, e assim o chamaram, pois concluíram que ele falava

‘A destruição dos índios das Américas foi, sem comparação, o maior ato de genocídio da história do mundo.’

David E Stannard, historiador, 1992

uma língua do grupo Tupi. A FUNAI o levou para Brasília, onde encontrou alguns Awá Canoeiro com os quais não pôde se comunicar. A FUNAI decidiu levar um Awá para Brasília. Além de poder se comunicar, Karapiru reconheceu ele – era seu filho Tiramucum que ele acreditava ter sido assassinado há 13 anos.

Eles foram separados por volta de 1975, quando a família de Karapiru foi atacada por fazendeiros. Seu filho Tiramucum foi ferido e levado para a casa do próprio agressor. Alguns anos mais tarde a FUNAI o levou para um posto já estabelecido para fazer o contato com os Awá. Karapiru e sua filha Korain sobreviveram ao ataque e fugiram. Korain faleceu logo depois por causa das feridas, e durante 12 anos Karapiru viveu sozinho, observando os brancos à distância. Ele dormia na copa das árvores e falava e murmurava consigo mesmo. Em seu exílio solitário, ele caminhou quase 600 km até a Bahia.

Em 1992 aconteceu de novo algo positivo: Karapiru se reencontrou com o seu irmão,

que havia sido contatado pela FUNAI há pouco tempo. Hoje, Karapiru vive na aldeia Tiracambú com sua nova mulher Manimi e sua filha Makriankwa.

Os Awá ainda estão ameaçados e vulneráveis ao mesmo de tipo de ataque sofrido pela família de Karapiru. O gigantesco polo industrial de Carajás recebeu apoio do Banco Mundial e da União Européia para a construção de barragens, estrada de ferro, rodovias e minas. Os Awá tem presenciado esse desenvolvimento industrial em suas próprias terras, que vem trazendo um constante fluxo de colonos, madeireiros e garimpeiros. Apesar da demarcação das áreas indígenas fazer parte das condições do empréstimo do Banco Mundial em 1982, as autoridades não fazem nada para proteger os Awá não contatados. Mais do que nunca, os traumatizados Awá precisam da sua terra para terem alguma chance de sobreviver.



A ESTÓRIA DE KARAPIRU

como contada a Survival em 2000

Na época quando houve o massacre, só eu da família sobrevivi e eu escondi dentro do mato até que eu fugi dos brancos. Mataram a minha mãe, os irmãos e a minha mulher. Eu vivia, sempre escapando dos fazendeiros. Eu foi por muito longe se escondendo por dentro do mato,

passando fome e muita necessidade mesmo. Para sobreviver eu matava passarinhos até que eu consegui aproximar mais distante de onde aconteceu o massacre. Foi quando eu comecei a pegar criação do pessoal, matando um porquinho aí outro por ali, escapando e sempre comendo mel. Encontrei um machado e era uma das minhas armas e andei com o machado nas costas para poder tirar mel.

Quando eu fui baleado sofri muito porque não tinha como fazer um curativo e botar remédio em cima nas costas; não tinha como. Eu escapei por sorte, só pelo espírito Tupã que eu não ter morrido. Não lavava as costas. Eu passei muitos dias rolando, cheio de dores com aquele chumbo nas costas com sangue e tudo. Não sei como não deu bicho. Mas eu consegui escapar dos brancos.

Eu passei tempo no mato passando fome, perseguido pelos fazendeiros todo o tempo fugindo, eu sozinho sem ter apoio de ninguém, sem ter um parente, sem ter ninguém que socorresse a mim. Fui cada vez mais para dentro das matas. Nem eu sei dizer por onde eu fui. Foi muito triste e tem horas onde não gosto de lembrar o que eu passei por dentro da mata nessa época. Me sinto bem com os parentes aqui. Eu encontrei o meu filho que muitos anos pensei morto.

Espero que quando a minha filha vai crescer, ela não vai encontrar nada dessas dificuldades. Espero que vai ser tudo melhor para ela. Espero que não vai acontecer o que aconteceu comigo. Espero que ela vai crescer com muita saúde. Espero que não vai ser com no meu tempo.





O primeiro contato

Contato constituiu o maior perigo para uma tribo isolada. Uma vez que o contato é estabelecido com o homem branco, tem sido comum uma redução da população em 50% ou mais. Por exemplo, os Mëbêngôkre, um grupo de Kayapó, viu a sua população reduzida de 350 para 85 durante os primeiros seis meses após contato em 1936. Oitenta por cento dos Panará foi dizimado dentro de 10 anos após o contato no começo da década de 70. Os Kabixi e Marawá são dentre tantos que foram completamente destruídos. Há estórias semelhantes, e provavelmente algumas completamente desconhecidas – tribos que foram dizimadas antes mesmo de ser possível registrar a sua estória ou conhecer o seu nome.

O contato com novas doenças é um dos fatores que desencadeia a perda de vidas,

Presentes deixados por uma equipe de contato para atrair os Panará. Facas são um dos objetos preferidos de índios isolados pois são mais eficientes do que utensílios de pedra.

sendo a malária uma das enfermidades que mais causa óbitos. Provavelmente inexistente no continente americano antes da chegada dos colonizadores europeus, a malária ainda não afeta certas áreas mais remotas. Outras infecções tais como a gripe, causam inúmeras mortes pois os índios não têm defesas naturais em seus organismos. Os curandeiros das tribos desconhecem remédios para a cura destas novas doenças. Como consequência, os enfermos tornam-se incapazes de caçar ou de se dedicarem à lavoura, então fome e mais fraqueza se instalam. Com as doenças, vem o choque psicológico: os índios deparam-se com grupos de brancos decididos a tomarem suas terras, com tecnologia e armas de fogo inimagináveis e, talvez mais importante ainda, o aparente número infindável de brancos.

Durante a maior parte do século XX, fomentados por um pensamento racista de que os índios eram ‘primitivos’ e o contato seria ‘bom para eles’, dos países Amazônicos só o Brasil criou expedições

GUARANÁ

O Guaraná é uma bebida que vem sendo utilizada pelos índios por centenas, se não forem milhares, de anos. O guaraná é um estimulante natural, em que tostada e moída a semente, é utilizada durante a caça, pois contém um alto teor de cafeína, maior do que o encontrado no café ou no chá. É importante em rituais, e usado também para curar dores de cabeça e febre.

Os brancos conheceram o guaraná em 1669, através dos Sateré Mawé. Hoje, o guaraná é uma bebida muito popular no Brasil, sendo este refrigerante tão popular quanto a coca-cola. O comércio de guaraná é primordial para os Sateré Mawé. Trezentas toneladas de guaraná são produzidas por ano na Amazônia, em forma de bastão, pó ou líquido.

especiais para estabelecer contato. Algumas expedições duraram vários anos, nas quais especialistas e sertanistas adentravam territórios das tribos isoladas e apresentavam ‘oferendas’ – facas, panelas, e outros objetos. Os índios aceitavam os presentes e aos poucos uma relação de confiança começava a ser estabelecida. Os brancos deixavam mais presentes e os índios reciprocamente deixavam objetos. Uma vez que o contacto amistoso era estabelecido, o fluxo de presentes encerrava. As equipes de contato falharam ao não fornecerem apoio médico aos vulneráveis índios, apesar do conhecimento dos riscos, deixando-os destruídos por doenças. Nessa altura, a tribo era freqüentemente removida, para dar lugar ao ‘desenvolvimento’.

Bina é meio Matis, meio Korubo, e vive no Vale do Javari, na divisa com o Peru. Ele se deparou com uma expedição de contato do governo quando menino, e contou a sua experiência para Survival em 1996:

‘Já vi antes, passando muito alto um avião e ele deixou facões, machados e cobertores. Nós tirávamos veneno. Aí

chegou o avião, ele passou, e ficou piruando assim, embaixo mesmo. Aí depois que voou, já foi embora. Nós não sabíamos que avião que era. Entrou a FUNAI mesmo, e aí entraram em nosso caminho aí deixaram machado, panela, prato, colher, deixaram tudo colgado lá. Antes nós tínhamos medo do branco. É que ele queria matar a gente, né. Quando o branco parece nós corremos para a mata. Eu me fui para a mata. Depois foi muita gente, mulheres também, no posto da FUNAI. Aí voltamos então a nossa aldeia, aí contamos tudo a nossos parentes. Pegamos machado e facão. Aí pegamos dois cachorros também. Aí depois voltamos de novo. O resto ficava na aldeia. Aí eu fiquei lá no posto, sempre ficava no posto. Eu falei pra os brancos que não entenderam nada, e também não sabiam que não entenderam nada. Aí chegamos no posto, né. Aí pegamos doença. Aí todo mundo foi pra o mato, pra morada dele. Pegou doença. Ele que não é acostumado pega a doença do branco, né. Aí pegaram

Muitas vezes aldeias de índios isolados são vistas por avião. A localização dessa aldeia Panará levou anos, em meados de 1970.



‘Um dia vimos um besouro que estava passando por cima da casa, um besouro muito grande. Aquele besouro levava muita gente, mas não como nós, era outro tipo de gente que ia passando por cima. Era um besouro muito grande que chegou para nos dominar.’

Orlando Makuxi, 1996



DAVI YANOMAMI NA INGLATERRA

Em 1989, Survival recebeu o renomado Prêmio Right Livelihood, também conhecido como o 'Prêmio Nobel Alternativo', na Suécia. Survival pediu para Davi, um líder Yanomami, receber este prêmio em seu lugar. Davi saiu do Brasil pela primeira vez nesta visita à Inglaterra e à Suécia, a qual gerou muito interesse por parte da imprensa e impulsionou na esfera internacional a campanha em favor de um parque Yanomami. Sem dúvida esse foi um fator decisivo no decreto final do governo, que criou o parque Yanomami três anos depois. Esta foi a reação de Davi ao visitar a Inglaterra:

'Eu achei tudo muito estranho – a cidade tão grande e muito barulho, os prédios altos e o mato ficou pouco e cortado. Tinha muita gente e barulho de trem e de carro. Então eu fiquei desconfiado porque aqui era o lugar de poluição. Eu fiquei assustado. Fiquei olhando a movimentação muito grande e escutando muito barulho e também existe conflito, ladrão. Eu achei bonita a terra mais eu não achei bonitos os prédios da cidade. Pensei que aqui é tipo abelha que fica morando junto uma em cima da outra 1, 2, 3, 4, 5 andares, parece uma casa de abelha. É um povo diferente. Eu achei muito lugar bonito, mais muito poluição e também muito frio. Um lugar frio onde começou e cresceu o povo branco.'

doença, depois tomaram banho, sentaram na beira do fogo, e pegaram pneumonia. Morria muita gente naquele tempo. Depois do contato com o branco morria muito pajé.'

Esse contato com os Matis aconteceu em 1978, e prontamente dizimou mais da metade da população. Eles deixaram de fazer suas cerimônias e assim como muitos outros índios sofrendo de trauma pós-contato, deixaram de ter filhos. Em 1983 restavam 87 Matis.

Depois de tantas tragédias e mortes desde os anos 70, alguns dos melhores especialistas do Brasil passaram a se

recusar a participar de expedições de contato, relatando terem cavado demasiadas covas para os índios dos quais tornaram-se amigos. No entanto, atualmente essas expedições só ocorrem quando acredita-se que os índios estejam correndo sérios riscos.

Geralmente as populações das tribos que conseguem sobreviver ao contato voltam a crescer depois de 20 a 30 anos, apesar de adversidade. Alguns dos grupos contactados tornaram-se fortes comunidades durante as últimas gerações, embora não sem problemas. Essa recuperação é impressionante e animadora, mas não consegue disfarçar o sofrimento estorrecedor que muitas tribos passaram e ainda passam, e do desaparecimento e aniquilação destas ocasionados pela 'civilização'.

Uma aldeia Panará fotografada pela equipe dos irmãos Villas Bôas, quando sobrevoavam a área, parte das tentativas de contato no início dos anos 70.

'É preciso acabar com o índio até o ano 2000.'

Hélio Jaguaribe, ex-ministro, 1994



O caminho de casa

OS PANARÁ

A estória dos Panará é um exemplo clássico de uma estória que vem se repetindo inúmeras vezes na América do Sul. Trata-se de uma tribo isolada, confinada em uma área cada vez menor devido à colonização da sua terra, ao inevitável contato com os brancos, e a morte quase que total de sua população por doenças. Desta vez, houve uma mudança inesperada e significativa na estória.

Durante os anos 60 corria um boato sobre uma tribo de índios retraídos e gigantes que vivia no centro do Brasil. Os Kayapó chamavam essa tribo de 'Kren Akrore' (gente de cabelo curto). Já os Kayabi os conheciam como Ipeuí – 'povo das pequenas armadilhas', pois qualquer um que tentasse segui-los corria o risco de sofrer sérios ferimentos das pontas afiadas de galhos escondidos nas folhas da mata.

Um dos primeiros Panará a encontrar a equipe de contato, chefiada pelos irmãos Villas Bôas, em 1973. Essa foto foi tirada assim que ele surgiu na margem do rio.

No começo dos anos 70 havia entre 350 e 400 Panará, como se auto-denominam, morando em cinco aldeias. Muitos deles já haviam sido mortos pelos Kayapó, que por sua vez foram forçados a entrar nas terras dos Panará devido à colonização dos brancos. Esse 'gigantes' decoravam os seus corpos com cicatrizes de maneira simétrica e cultivavam plantas em grandes roças organizadas em motivos geométricos complexos. As aldeias dos Panará eram formadas por uma casa central dos homens e meninos, cercada por casas menores. Eles dormiam em folhas de banana e faziam pequenos amontoados de terra como traverseiro. Parte do seu costume era cozinhar bananas em fornos de pedras.

Em 1972, equipes que trabalhavam na construção de estradas avançaram para o centro do território Panará. Ondas de doenças vieram com as equipes de trabalhadores, matando assim mais índios. Um contato pacífico foi finalmente estabelecido pelo sertanista Cláudio Villas

AS AMAZONAS

Ao longo dos séculos, muitas estórias fantásticas a respeito do Brasil e dos povos indígenas tem sido contadas. Uma das mais antigas é a respeito de uma tribo de mulheres guerreiras, as quais muitos exploradores espanhóis do século XVI afirmaram ter ouvido estórias e até mesmo visto. ‘Essas mulheres são muito brancas e altas, com fartos cabelos entrelaçados no topo da cabeça. Elas são bem robustas, e andam nuas com exceção das partes íntimas, carregam arcos e flechas, e são capazes de lutar como dez homens’. (Frei Gaspar de Carvajal, 1542). Os europeus passaram a chamar estas mulheres de ‘Amazonas’, inspirados pela mitologia grega.

É provável que os espanhóis tenham se confundido, pensando que tais homens de cabelos compridos e que usavam saias de folhas (como os Yagua) fossem mulheres. Se isso era fantasia ou não, o mito das ‘Amazonas’ foi imortalizado pelo nome do poderoso rio.

Bôas em 1973, e não foi uma surpresa ver que os Panará não se tratavam de gigantes, mas sim eram de estatura normal.

Nos cinco meses seguintes, 40 índios pereceram de gripe e catapora, que eram desconhecidas por eles. Os peões lhes deram bebidas alcóolicas e prostituíram as mulheres. Akê, um líder Panará, relembra esta época triste ‘Nós estávamos na aldeia e começou a morrer todo mundo. Os outros foram embora pelo mato, e aí morreram mais. Nós estávamos doentes e fracos e, então, não conseguimos enterrar os mortos. Ficaram apodrecendo no chão. Os urubus comeram tudo.’

Os irmãos Villas Bôas concluíram que o único modo de salvar os Panará seria transferi-los para o recém-criado ‘abrigo seguro’ do Parque Xingu. Orlando Villas Bôas justificou a decisão em uma carta para Survival International: ‘No caso dos Kren Akrore a coisa é diferente. Sua área está sendo violentamente ameaçada. Por mais que ele se mova dentro da sua área

tradicional, estará sempre próximo dos núcleos de ocupação, ou da estrada aberta. Aberto ao contato indiscriminado. Estrada próxima. Que convida o índio à curiosidade e trás o civilizado imprevidente e indiferente aos males que é portador. Achamos por isso que a única salvação seria a retirada do índio. Retirado para um lugar onde por algum tempo, que Deus permita seja longo, fique ele resguardado da aproximação de invasores.’

Cento e oitenta e seis Panará morreram entre 1973 e 1975, e os sobreviventes foram levados de avião para o Parque Xingu, onde muitos outros morreram. Somente 69 sobreviveram: mais de quatrocentos da tribo foi dizimada em oito anos.

Entretanto, os Panará não conseguiram se adaptar ao seu novo ambiente, e mudaram de área sete vezes dentro do Xingu. A terra não era propícia para o seu tipo de agricultura, a caça era dificultosa e houveram vários conflitos com outras tribos dentro do parque. Os Panará

deixaram de fazer suas cerimônias, não houveram novos nascimentos e a casa dos meninos não foi construída no centro da aldeia.

E parece que inevitavelmente essa estória terminaria neste ponto. No entanto, os Panará tinham um forte desejo de retornar à sua terra, e nunca desistiram deste sonho. Em 1991, seis Panará retornaram ao seu território tradicional, que se encontrava praticamente destruído em virtude das atividades de mineração e criação de gado. Presenciando o aumento da devastação,

Akê e seus amigos reagiram e exigiram compensação. ‘O velho (governo brasileiro) terá que me escutar. A nossa terra foi raspada, a nossa terra foi comida... A terra boa acabou, as muitas fruteiras acabaram... O velho vai me pagar.’

Sobrevoando as suas terras, os Panará identificaram uma área na cabeceira do rio Iriri que ainda estava intacta. Os Panará decidiram abrir mão dos direitos ao total das suas terras em troca do reconhecimento legal desta área. Em agosto de 1994, começaram a construção da aldeia, e nos



Depois de duas décadas de exílio, os Panará retornaram à sua terra natal.

dois anos seguintes eles foram retornando aos poucos. Finalmente, em 1996, o Ministro da Justiça assinou um decreto reconhecendo 495.000 hectares como território Panará, mas sem conceder o título à terra. Após duas décadas em exílio os Panará retornaram à sua terra.

Mas a estória não acaba por aí. O Instituto Socioambiental do Brasil resolveu processar o governo brasileiro pelas condições terríveis enfrentadas pelos Panará. No dia 22 de outubro de 1997, um juiz declarou o governo brasileiro culpado de ter causado mortes e danos culturais aos índios Panará. Este resultado foi um marco, que se imaginaria inviável dez anos antes. Três anos mais tarde, um juiz mandou que o governo pagasse \$540.000 dólares como compensação para os sobreviventes pela tragédia que poderia ter sido evitada. Pela primeira vez em 40 anos, os Panará têm alguma esperança.





O caminho da destruição

OS NAMBIQUARA

Em 1915, havia quase 7.000 Nambiquara no oeste brasileiro, mas em 1975 somente 530 sobreviviam. Essa trágica perda – mais de 90% da população em 60 anos – não ocorreu devido a nenhum desastre natural, mas através de projetos governamentais, apoiados pelo Banco Mundial e facilitados pela FUNAI.

Em 1960, o vale de terra fértil dos Nambiquara foi cortado por uma rodovia. Mesmo estando ciente de que a terra pertencia aos Nambiquara, a FUNAI emitiu certidões negativas, negando haver índios naquela área. Muitos Nambiquara morreram, devido ao súbito contato e exposição à doenças e enfermidades tais como gripe e sarampo. A terra dos

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, que fotografou os Nambiquara na década de 30, disse que suas fotos geravam 'uma sensação de vazio e tristeza... visto o contraste entre um passado que eu tive a alegria de conhecer, e um presente do qual eu tenho dolorosos relatos.' 1994

Nambiquara foi separada por outras estradas. Boa parte do vale fértil foi invadida por grandes companhias e mantido exclusivamente para pastagens. Os remanescentes Nambiquara foram removidos à força para uma reserva estéril.

Essa reserva tinha dimensões reduzidas, e era completamente inadequada. Assim aqueles Nambiquara que puderam, caminharam 300 km de volta às suas terras. Um funcionário da FUNAI que testemunhou a catástrofe, demitiu-se em protesto. 'Assim que eles chegaram na reserva, foram abalados por uma epidemia de malária e gripe, devido às condições insalubres da área. Eles perceberam que não teriam como sobreviver, e totalmente abandonados, procuram voltar para sua terra. Quase 30% da tribo morreu tentando retornar. Foi uma marcha trágica, tendo os índios sucumbido pelo caminho.' Milhares morreram nesta viagem terrível – um grupo de 400 Nambiquara perdeu todas as crianças menores de 15 anos devido a doenças e fome.

Os sobreviventes permaneceram na área Sararé por anos, deslocados e sem lar. Uma operação de resgate foi realizada, e grupos de Nambiquara desaposados e famintos foram removidos de avião. Uma equipe da Cruz Vermelha Internacional que visitou o grupo em 1970 concluiu que ‘a condição dos índios não é uma vergonha somente para o Brasil, mas também para a humanidade.’

No entanto, pouco foi deixado para os Nambiquara que evitaram expulsão ou que finalmente conseguiram voltar para suas terras de origem. Durante a década de 80 o

Banco Mundial concedeu mais verbas para melhorias na estrada, o que causou ainda mais redução da área Nambiquara. Ondas de garimpeiros, madeireiros e colonos chegaram na região. A área Sararé foi invadida por um fluxo de garimpeiros. Em

O nome Nambiquara vem do Tupi, e significa ‘orelhas compridas’ ou ‘furo da orelha’, referente aos botoques que eles usam nas orelhas. Os Pareci, vizinhos dos Nambiquara, os chamam de ‘Uiakoakore – ‘aqueles que dormem no chão’. Este nome se refere ao seu costume de dormir na areia, e usar as cinzas da fogueira para se aquecerem durante a noite. A maioria de índios no Brasil dorme em redes.



Um grupo de 400 Nambiquara perdeu todas as suas crianças devido a doenças e fome.



novembro de 1996 um grupo de Nambiquara Kithaurlu foi brutalmente agredido e torturado. Somente após protestos nacionais e internacionais a polícia expulsou os 10.000 garimpeiros que exploravam ouro na área indígena.

Hoje os Nambiquara são ameaçados por madeireiros e outros colonos, que estão desmatando a floresta e caçando os animais que os Nambiquara necessitam para a sua sobrevivência. Vários Nambiquara são da opinião que eles tem que se defender sozinhos. José, um Nambiquara explicou para a Survival: ‘Os brancos ainda querem roubar o que temos, mas nós estamos

Na década de 80, o Banco Mundial financiou uma estrada que cortava a terra Nambiquara, trazendo fazendas, mineração, madeireiros e doenças. O impacto na tribo foi devastador.

protegendo nossa terra. Em 1991, fizemos uma barreira para os brancos verem o limite e respeitá-lo. Manu quase morreu com um tiro que rompeu a sua cabeça. Sempre andamos armados. A gente avisa: “Se vocês atirarem, nós atiramos também.” Mas eu nunca matei nenhum branco.’

‘Todos os nossos ancestrais viviam juntos: Nambiquara, Irantxe, Pareci. Então vieram os outros querendo nos roubar. Eles vieram escondidos, para nos pegar. A nossa terra foi vendida, roubada. O governo não diz nada. Eu continuo triste. Os brancos vem tomar as nossas terras, para a gente ficar “civilizado” e para trabalhar como eles para poder viver.’ Tamrã, líder Irantxe, 1976



Genocídio

Em Agosto de 1993, um bilhete chegou ao escritório da FUNAI na cidade de Boa Vista, em Roraima. Esse bilhete, escrito por uma freira missionária da aldeia Yanomami Xidéia, continha a seguinte mensagem: ‘Os índios (perto de Haximú) estão todos aqui... não querem voltar porque os garimpeiros foram em uma maloca próxima a deles e mataram sete crianças, cinco mulheres, dois homens e destruíram a maloca.’ Levou um mês para que essa notícia alcançasse Boa Vista.

Essa estória começou alguns meses antes, quando alguns garimpeiros assassinaram outros Yanomami, cujos parentes logo após buscaram vingança, matando dois garimpeiros. Foi então que um grupo de garimpeiros fortemente armados resolveu

‘dar uma lição’ na comunidade Haximú, na divisa da Venezuela com o Brasil.

Levou muito tempo para que informações mais detalhadas emergissem. Na chegada, os garimpeiros atiraram na maloca, onde encontravam-se principalmente mulheres e crianças e em seguida atearam fogo com a intenção de destruir essa casa comunal. Os que puderam fugiram para a floresta. Uma mulher idosa e cega foi deixada para trás – os garimpeiros a chutaram até a morte. Um bebê deitado numa rede sobreviveu aos tiros, mas foi cortado em pedaços. Quando o fogo se apagou e os garimpeiros já haviam se retirado, alguns Yanomami voltaram do abrigo da floresta para cremar os corpos e

Uma Yanomami sobrevivente do massacre de Haximú. Ela e outros sobreviventes cremaram os mortos, e levaram as cinzas em cestas pela floresta durante vários dias até encontrar refúgio em uma aldeia Yanomami vizinha.

Em média, uma tribo foi exterminada a cada dois anos no século XX.

O POVO FEROZ

Índios continuam sendo retratados como selvagens violentos. Talvez o exemplo mais recente e notório seja a imagem dos Yanomami criada pelo antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon, cujos livros são usados como referência em antropologia. Chagnon fabricou uma imagem sensacionalista e racista dos Yanomami, descrevendo-os como ‘manhosos, agressivos e ameaçadores’ e falsamente declarando que eles ‘vivem em estado crônico de guerra’.

A pesquisa de Chagnon tem sido severamente criticada por outras pessoas com grande experiência dos Yanomami, e tem sido prejudicial para os índios. O seu trabalho foi usado como referência pelo governo brasileiro durante o planejamento da fragmentação do território Yanomami em 1988, numa proposta que teria sido catastrófica para os índios e só foi evitada através de uma vigorosa campanha. O governo britânico rejeitou um pedido de fundos para um projeto de educação com os Yanomami na década de 90, declarando que qualquer projeto com eles deveria trabalhar para a ‘redução de violência’.

Sir Edmund Leach, a autoridade máxima da antropologia britânica contou com a opinião de Chagnon quando este se opôs a Survival em ajudá-los na década de 70, declarando que eles ‘iriam se auto-exterminar’. Survival rejeitou o conselho de Leach e em colaboração com a Comissão Pro-Yanomami (CCPY) do Brasil, foi crucial em assegurar os direitos destes índios à sua terra.



levar as cinzas dos seus familiares com eles para a aldeia vizinha. Dezesseis Yanomami morreram.

Depois de atrasos intermináveis, o caso foi levado à julgamento no final de 1996 e o juiz federal sentenciou cinco garimpeiros, culpados por genocídio. Embora sentenças de 19 a 20 anos de prisão tenham sido promulgadas, somente dois garimpeiros foram presos – os demais fugiram.

Essa foi a segunda condenação por genocídio no Brasil. A primeira, dois anos antes, foi dada a um seringueiro, culpado de crime máximo por ter assassinado em 1963 oito índios Oro Uim – na maioria mulheres e crianças. Ele planejou o ataque ao grupo, e após o massacre, levou os sobreviventes para a sua fazenda, onde

foram escravizados. Na década de 90 havia haviam sobrevivido apenas 55 Oro Uim.

O reconhecimento de genocídio pelas cortes de justiça brasileiras é uma conquista muito importante, pois indica a admissão da severidade do crime. No entanto, a condenação de meia dúzia de garimpeiros e seringueiros não chega à raiz do problema – se o massacre de 16 Yanomami por garimpeiros constitui genocídio, a que nível se coloca o governo brasileiro? Seria também culpável de genocídio, considerando a forma terrível com que trata os índios?

No caso dos Yanomami, o governo brasileiro deve arcar com uma parcela da responsabilidade, pois durante quatro anos fracassou ao tentar expulsar os

‘Esta é minha mensagem – não esqueça dos Yanomami e os outros povos indígenas do Brasil e do mundo. O nosso sangue está correndo, temos fome e estamos doentes. Não podemos continuar assim. Os povos precisam de terra para caçar, pescar e para viver em paz – não para brigar. Nós não podemos brigar como vocês aqui – seus antepassados fizeram bombas e elas caíram sobre povos indígenas no Brasil. Nós índios não somos protegidos. Não tem mais onde escapar, nós estamos cercados. As autoridades só destroem mais e mais, elas usam as riquezas da terra. Hoje eu olhei na vitrine de uma loja e eu vi muita mercadoria – copos, sapatos, roupas. Vocês não faltam nada, mas vocês sempre querem mais. Vocês tem muitos carros mais os índios não querem carros, aviões e luz. Queremos a terra. A terra dá comida e saúde para nós viver com a barriga cheia. Sem terra não tem comida. Eu deixo esta mensagem nos seus corações.’

Apelo feito por Davi Yanomami durante uma visita à Europa, 1999





‘Genocídio não é somente a matança dos índios com armas de fogo. Genocídio é também injustiça, colaborando com o objetivo de que os índios e suas culturas devem desaparecer. Não podemos, em nome do desenvolvimento, menosprezar o índio, roubar sua terra, massacrá-lo de jeito nenhum.’ Orlando Villas Bôas, 1971

garimpeiros que estavam trabalhando ilegalmente no território Yanomami, permitindo com isso a disseminação de doenças e violência. No entanto, o governo expulsou as equipes de saúde que trabalhavam nas aldeias quando as invasões aumentaram e a crise de saúde piorou. A população Yanomami decresceu quase um quinto num período de sete anos, devido a enfermidades e ataques dos invasores.

O caso Yanomami não é isolado, havendo outros mais extremos ainda. Políticas de integração, assentamento e desenvolvimento tem sido responsáveis diretas pelo desaparecimento de muitas tribos indígenas. O descaso deliberado com relação aos índios, seja por causa da corrupção, falta de recursos ou conveniência política, tem causado a destruição de muitos grupos. Às vezes, as medidas políticas são abertamente racistas, e obviamente genocidas: em 1999 um político apresentou um projeto de lei pedindo a anistia àqueles que cometeram crimes em áreas indígenas ou reservas, e vários continuam pressionando o governo para a abertura de todas as áreas indígenas para a mineração.

Frente a tal situação, muitos estudiosos nos últimos 50 anos, previram a inevitável extinção da população indígena do Brasil. Embora não haja mais perigo disto acontecer, pois a população indígena está crescendo, os pequenos grupos isolados estão correndo risco de desaparecimento por violência e enfermidades.

Menina Cinta Larga. Em 1963, a sua tribo sofreu um dos mais violentos ataques já inflingidos em uma comunidade indígena.

Genocídio é um crime contra a humanidade e portanto torna-se a responsabilidade de todos.

A Convenção das Nações Unidas sobre o genocídio define este como: ‘... qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- (a) matar membros do grupo;
- (b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- (c) submeter intencionalmente o grupo à condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial...’

Segundo a ONU, não só o genocídio em si, mas ‘atos que incluam conspiração, incitação, tentativa e co-autoria ao genocídio’ são atos que merecem punição.

Claramente, o governo brasileiro continua, como vem fazendo há anos, criando condições que levam, inevitável e previsivelmente, à destruição de tribos vulneráveis. Embora o governo não tenha a intenção de destruí-los, intencionalmente invade e conquista as terras pertencentes aos índios, sabendo que isso causará destruição. Isso constitui genocídio, e pode ser facilmente evitado.



O fim da linha

OS AVÁ CANOEIRO

Somente cinco horas de estrada saindo de Brasília, a capital do Brasil, pequenos grupos de índios se escondem no vasto cerrado. São os Avá Canoeiro, os últimos sobreviventes de uma tribo orgulhosa e forte que desde 1780 vem tentando sobreviver, e agora se encontra à beira da extinção.

Durante centenas de anos eles resistiram bravamente aos invasores brancos, que mandavam seus capangas para matá-los. Os Avá Canoeiro viajavam rapidamente em suas canoas, e assim ficaram conhecidos como canoeiros. Eles colocavam lâminas metálicas nas flechas e lançavam bastões de madeira maciça, amarrados com cordas nas bordas para sua defesa. Os Avá Canoeiro roubavam gado e cavalos das fazendas vizinhas, cuja carne

Esquerda: Naquatcha.

Página seguinte: Putdjawa e Trumak, os sobrinhos de Naquatcha, são os últimos do seu povo. Embora ainda sejam crianças, de vez em quando perguntam: 'Com quem vamos casar?'

lhes agradava. Em 1811 o príncipe regente Português declarou: 'Não há outra alternativa a não ser amedrontar estes índios, e se necessário destruí-los.' Em 1850 todo o norte de Goiás se encontrava em estado de sítio.

Durante o século XIX, os colonizadores intensificaram as invasões de suas terras e perseguiram os Avá, que caíram no esquecimento por volta de 1870. A população Avá diminuiu muito, passando a viver como nômades, escondendo-se no cerrado, em grupos de no máximo dez pessoas.

No começo da década de 80, centenas de trabalhadores de construção chegaram no território Avá Canoeiro, a fim de construir uma usina hidrelétrica no Rio Tocantins. A represa alagou a Serra da Mesa, o último refúgio dos Avá Canoeiro. Quando a construção começou, a FUNAI iniciou uma ação urgente para contatar os grupos restantes, o que resultou na constatação que havia poucos remanescentes. Em



Um terço das tribos do Brasil tem menos de 200 indivíduos cada.

1983, estabeleceu contato com um casal, Iawi e Tuia, e com Matcha e Naquatcha, mãe e tia da Tuia. Esse grupo sobreviveu ao brutal massacre de 1962 e passou 20 anos escondido em cavernas no alto das montanhas. Durante a noite, eles desciam a montanha e sorrateiramente apanhavam alimentos das hortas dos colonos. Outras vezes eles sobreviviam se alimentando de pequenos mamíferos – ratos e morcegos. Tuia encerrou várias gestações para que o grupo pudesse se movimentar de modo rápido e silencioso.

Um outro pequeno grupo de Avá Canoeiro, que hoje conta com uma dúzia de pessoas, foi contactado em 1973 em Tocantins. Quase todos tinham cicatrizes de balas

usadas pelos pistoleiros contratados pelo dono da fazenda Camagua, de propriedade de um banco brasileiro. Todos estavam desnutridos e viviam escondidos no charco, o último refúgio que encontraram, já que sua área estava cercada por arame farpado. Afinal a FUNAI os transportou para o Parque do Araguaia na Ilha do Bananal, a 400 km de distância. Não se sabe ao certo se há outros Avá Canoeiro.

Desde o contato com a FUNAI, Iawi e Tuia tiveram dois filhos, Trumak e Putdjawa. Se eles não encontrarem outros membros da tribo, a grande nação Avá Canoeiro irá provavelmente se extinguir.

A barragem da Serra da Mesa alagou grande parte da terra dos Avá Canoeiro, e inundou o seu último refúgio e área de caça.



PLANTAS

O Brasil, especialmente a Amazônia, apresenta um ambiente extremamente variado, e os seus povos indígenas possuem um conhecimento formidável da natureza. Partes diferentes de centenas de plantas são utilizadas não somente para alimentação, medicina, construção de casas e canoas, mas também para fazer cestas, redes e tipóias, para fazer zarabatanas, venenos, arcos e flechas, para pinturas e tintas para decorar o corpo e para rituais, e até mesmo para fazer sabões, desodorantes, anticoncepcionais e perfumes.

Os Yanomami aproveitam 500 espécies de plantas para uso alimentar, medicinal, fabricação de objetos e construção de casas. Os Ka'apor utilizam 112 espécies de plantas somente para uso medicinal.

O quinino e o curare tem origem na Amazônia, e agora são utilizados em remédios no mundo inteiro.



Sem razão de viver

OS GUARANI

Os Guarani vem buscando, desde há tempos, o local descrito por seus ancestrais onde se vive sem dor e sofrimento. Eles chamam esse lugar de ‘Terra sem Mal’ e prosseguem nessa busca. O apuro que este povo vem passando faz com que sua busca continue mais necessária do que nunca.

Os Guarani tem tido intenso contato com o homem branco há centenas de anos, e no entanto mantiveram a sua própria identidade étnica intacta – assim como seu ‘constante anseio de buscar novas terras, nas quais eles esperam encontrar a imortalidade e bem-estar eterno’ (Pêro de Magalhães de Gandavo, 1576). Ao longo de centenas de anos, os Guarani tem viajado vastas distâncias em busca de tais terras, e as comunidades Guarani são encontradas espalhadas,

distantes do ponto de origem no sul, em cinco estados do Brasil. Em meados do século XIX centenas de índios iniciaram uma longa viagem, inspirados pelos seus visionários, que previram o fim do mundo, mas poderiam evitar esta sina ao encontrar a Terra sem Mal. Eles caminharam 800 km do sul do atual Mato Grosso do Sul, quase alcançando a cidade de São Paulo. Lá chegando, depararam-se com uma expedição do exército, a qual sofreu inúmeras perdas na batalha que ocorreu, permitindo que os Guarani ali se ficassem.

Esta busca perpétua indica uma característica exclusiva dos Guarani, a ‘diferença’ que muitos já observavam. Hoje, isso se manifesta de uma maneira mais trágica: profundamente afetados pela perda de quase toda a sua terra durante o século passado, os Guarani vem sofrendo uma onda de suicídios jamais vista na América do Sul até então.

Houve um tempo em que 1.5 milhões de Guarani ocupavam uma área de florestas

Uma desolada mãe Guarani e seus filhos ao lado de um caixão. A onda de suicídios que aflige os Guarani nos últimos 15 anos é sem igual na América do Sul.

TABACO

O tabaco é uma planta tradicionalmente importante para muitas tribos brasileiras, e é usado de diversas maneiras – tribos tem costumes diferentes. Alguns índios mastigam as folhas, depois as fervem até virarem uma massa que então ingerem. Há outros que secam as folhas e as trituram até se transformarem em pó, também havendo os que fumam o tabaco em cachimbos ou como charuto. Algumas tribos usam um osso oco para inalar o pó. Alguns, como os Yanomami, sempre tem um pedaço de tabaco na boca. O tabaco é usado como uma droga que induz o relaxamento, e muitas tribos utilizam suas folhas para rituais e como curativo. Entre os Araweté, somente os xamãs inalam – os demais Araweté fumam sem inalar. Xamãs frequentemente assopram a fumaça do tabaco nos doentes, como método curativo, ou às vezes como proteção contra forças malignas.



e planícies num total de 350.000 km² em quatro países Sul-americanos. Hoje, existem 30.000 Guarani, ainda a maior tribo do Brasil, apertados em áreas diminutas, cercados por vastos campos de soja, cana de açúcar e fazendas de gado. Paulito, um pajé Guarani explica: ‘Eu sempre me lembro que um velho me falou “Olha vai terminar a nossa terra, vai mudar toda nossa roça. Nossa selva vai terminar toda. Vai terminar. Sim. A nossa terra vai mudar para outro tipo de terra. Vai ficar bem pequenino.” E ele calculava certinho que aquilo ia acontecer, como hoje.’

Desde 1986 até 2000, mais de 300 Guarani cometeram suicídio, principalmente crianças e jovens. A mais jovem foi Luciane Ortiz, nove anos de idade. Para esse povo tão profundamente espiritual, o roubo e destruição da sua terra tem sido esmagador. Rosalino Ortiz declarou: ‘Os Guarani estão se suicidando por falta da

Algumas comunidades Guarani, cansadas de esperar que as autoridades restaurem suas terras, voltaram por conta própria. Isso é as vezes perigoso já que fazendeiros contratam pistoleiros para não deixá-los entrar.

terra. Porque não tem mais espaço. Antigamente a gente tinha a liberdade, hoje em dia nós não temos mais liberdade. Então por isso o jovem vive pensando no que ele já viu, que não tem mais condições, como ele pode viver então? Senta e pensa muito, esquece, se perde e se suicida.’

Amilton Lopes disse ‘O suicídio aconteceu com a juventude porque tem saudade do passado. A juventude tem saudade da floresta bonita, querem comer fruta

‘Nós índios não queremos dinheiro ou riquezas. Nós queremos terra suficiente para viver do nosso jeito.’

Xamã Araweté

do mato natural, querem pegar um mel natural, querem pegar um remédio natural do mato. Dourados é capital do suicídio de jovens e um jovem lá falou para mim assim: “Olha não quero mais viver porque não tem mais razão para viver. Olha, aqui não tem caça, só tem capim. Aqui não tem pesca e a água está tudo poluída.””

Espremidos em pequenas faixas de terra, vivendo em comunidades super povoadas e poluídas, sofrendo uma onda de suicídio e violência, o lado espiritual mais profundo da natureza dos Guarani é que talvez os tenha possibilitado sobreviver. Sob grande risco pare eles próprios, alguns grupos Guarani reocuparam com êxito terras que outrora lhes pertenceram, retomando-as dos fazendeiros que asseguram ter a posse das mesmas. Deste modo, talvez os Guarani comecem a se recuperar. Marta Silva, uma mulher Guarani comentou: ‘Penso nas condições em que vivemos: na maior miséria, aquelas casinhas. Não temos nada para comer e nossa gente ainda canta com tanta alegria, tanta esperança, sempre na busca da Terra sem Mal. Nós índios não queremos dinheiro ou riqueza. Sabe o que queremos? Queremos apenas terra suficiente para viver do nosso jeito.’

Um caminhão passa ao lado do acampamento improvisado dos Guarani. Muitos Guarani que foram forçados a sair de suas terras sobrevivem vendendo artesanato na estrada.



26 Guarani menores de 14 anos envenenaram-se, enforcaram-se ou balearam-se desde 1992:

Luciane Ortiz, 9 anos; Agnaldo da Silva, 14 anos; Fortunata Escobar, 10 anos;

56 mortes; mais de um suicídio por semana em 1995;

13 anos; Luciana Espínola, 15 anos;

Marina Vasques, 14 anos; Marina Agüero,

12 anos; Nilsa Isnarde, 13 anos; Orídio

Ramires, 13 anos; Roasana Isnarde, 13

anos; Marcenei de Souza, 13 anos;

Alceu Raulino, 13 anos; Idete Isnarde,

13 anos; Nilza Cavanha, 13 anos;

Valdecir A. Veira, 13 anos; Francisco

Duarte, 13 anos; Alexandria Quevedo,

12 anos; Genildo Martins, 12 anos;

23 mortes; Valdir Vera, 12 anos; Vilson Pinheiro,

12 anos; Demétrio Silva Filho, 12 anos;

8 mortes; Edna Lemes, 13 anos; Edna

Lemes, 13 anos; Ana Carolina de

Silva, 13 anos; José Lindo de

5 mortes; Célia Zamboni, 11 anos; Lenir

de Melo, 11 anos; Sônia de

1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999

Análise por ano dos 304 suicídios registrados dos Guarani de 1986 a 1999.

Fonte: CIMI-Mato Grosso do Sul

'Esses índios são vagabundos, eles são os párias da sociedade.'

Ezequiel dos Santos, proprietário de uma usina de álcool, referindo-se aos Guarani, 1990.





Xamanismo

Acredita-se que a palavra 'xamã' tenha se originado da tribo Evenk da Sibéria, mas hoje é usada para referir-se às pessoas de qualquer parte do mundo que tem a habilidade de comunicação com a natureza e com o mundo dos espíritos. Estes são geralmente curandeiros, usam remédios naturais e crêem no mundo espiritual com fins de cura. Xamãs muitas vezes representam os espíritos para as pessoas da tribo e são respeitados pelos seus poderes.

Todos os povos indígenas do Brasil tem – ou pelo menos tiveram – indivíduos com a função de xamã. Cada povo tem um nome para o xamã, os quais exercem diferentes funções dentro dos vários grupos. Alguns, como no caso dos *karais* dos Guarani, são

videntes e tem habilidades proféticas. Alguns são cantores e poetas eloqüentes. Já outros são considerados malandros ou artistas. Os Tukano acreditam que os xamãs possuem o dom de transformarem-se em onça, o animal mais poderoso e temível da floresta. Em certos povos, apenas homens podem se tornar xamã, e em outros mulheres também podem. Alguns acreditam que esse é um papel hereditário, enquanto os Araweté, por exemplo, crêem que todos tem a qualidade ou habilidade de ser um xamã. Para os Waiãpi, todos podem ter essa qualidade, mas podendo também perdê-la.

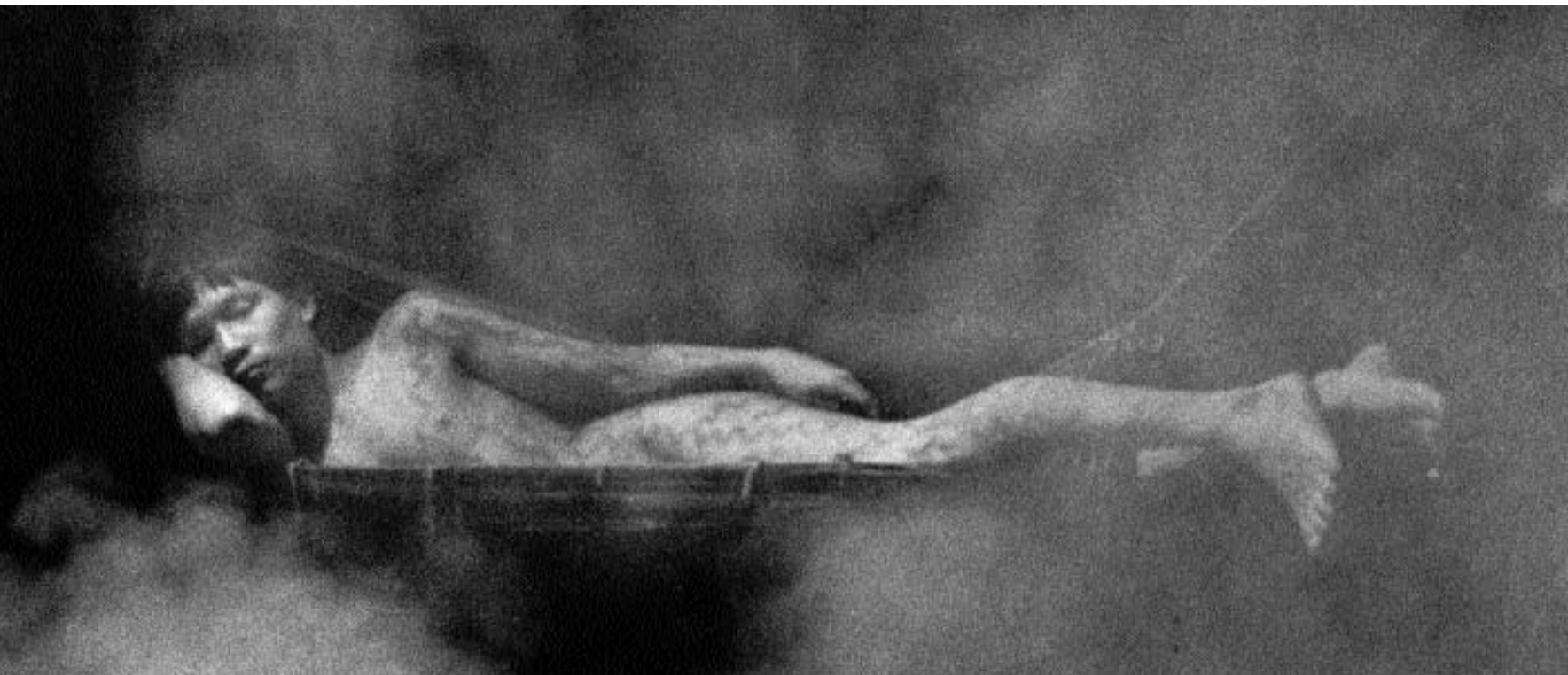
Os xamãs entram em transe através de danças, cantos e plantas que alteram a mente, para estabelecer comunicação com os espíritos. A maioria interpreta sonhos e os significados de eventos do dia a dia, e são especialistas nos mitos cíclicos dos seus povos. Para tornar-se um xamã, são necessários anos de treinamento, que freqüentemente requerem severas restrições alimentares e sexuais.

Um xamã Yanomami cuidando de uma criança febril. O processo é exaustivo para o xamã e pode durar várias horas, durante as quais cria-se uma forte ligação entre o paciente e o xamã. A forte sensação de segurança criada é fundamental no processo de cura dos Yanomami.

Eu sou *shapiri* (xamã ou espírito xamânico). Omame (o criador) deu os *shapiri* para nós. Nós aprendemos com os grandes *shapiri*. A gente aprende a conhecer os *shapiri*, como ver eles e escutar eles. Só quem que conhecesse o *shapiri* fica olhando eles porque o *shapiri* é muito pequeno, é muito brilhoso como luz. Tem muitos, muitos *shapiri*. Não é só um pequeno não, são muitos e muitos, milhares de *shapiri* que são como estrelas. Eles são bonitos e enfeitados de penas de papagaio, pintados de urucum e outros de tinta preta. Outros tem brincos e dançam muito bonito, cantando diferente. O branco pensa que quando nós índios fazemos xamanismo estamos cantando, mas não estamos cantando, nós estamos acompanhando a canção. Eles cantam diferente – o canto de arara, de papagaio, de anta, de jabuti, de gavião, de todo pássaro que canta diferente. Então os *shapiri* são assim. É difícil ver eles.

Mas quem quer ser *shapiri*, tem que aceitar os *shapiri* e conhecer eles. Tem que deixar tudo. Tem que deixar a comida. Não bebe água. Também não pode ficar perto de mulheres, nem perto de cheiro de queimado, nem barulho de crianças gritando ou jogando pau porque os *shapiri* só quer viver no silêncio. Eles são outras pessoas e eles vivem de maneira diferente. Eles não são como nós. Alguns moram no céu, outros moram debaixo da terra e outros moram nas montanhas altas cheias de floresta e flores. Outros moram dentro do rio e no mar. Outros *shapiri* moram nas estrelas e outros também moram na lua e outros moram no sol. Omame escolheu eles porque são bons para trabalhar, não no trabalho de roça mas para trabalhar no xamanismo, para curar uma pessoa. São bonitos mais difíceis de ver. Os *shapiri* cuidam de tudo, cuidam do mundo. Davi

Yanomami, xamã na sua comunidade, Watoriki-Theri (habitantes da serra do vento forte)





DESENHOS DE ESPÍRITOS XAMÂNICOS DOS YANOMAMI

DOR DE DENTE (acima)

'O espírito Kamakari come os dentes e suga o miolo dos ossos. Ele vive muito longe de nós, mas ele anda, faminto. Ele é invisível como a epidemia-fumaça. Ele come os dentes dos Yanomami e dos brancos do mesmo jeito. Quando ele sai à procura, ele manda seus cães na frente. Eles arrancam as imagens dos dentes e as entregam para seu mestre. Então, Kamakari as devora e a pessoa passa a sentir muita dor.'

CORAGEM (abaixo)

'Os Yanomami que são corajosos têm o espírito da onça morando no seu peito, pois ele faz as pessoas perderem o medo. Durante a pajelança o espírito da onça também fica ao lado dos doentes, tornando seu sopro vital forte. Quando ele ajuda assim, os Yanomami não morrem tão cedo.'

Desenhos de Joseca Yanomami



ALUCINÓGENOS

Assim como muitos outros povos, os índios brasileiros usam plantas para alterar o seu estado mental, para ter acesso ao mundo dos espíritos e da religião. Tribos no norte do país usam um alucinógeno chamado *yopo* ou *yakoana*. A casca de certas árvores é torrada, e misturada com cinza e folhas trituradas, e inalada usando-se um canudo.

Outras tribos fazem uma bebida chamada *caapi*, ou *ayahuasca*, através da fervura de certas trepadeiras e vinhas. Essa bebida é ingerida durante festividades especiais, quando os índios desempenham papéis referentes à mitologia própria, e pedem o apoio das forças positivas e proteção contra as malignas. Desenhos e pinturas de índios amazônicos são influenciados por estas visões.

Certas tribos do noroeste amazônico plantam e utilizam o *ipadú* ou coca. As folhas são torradas, trituradas e misturadas com cinzas. O resultado é um pó verde que é colocado na boca, onde os ingredientes ativos, incluindo cocaína, lentamente provocam um efeito estimulante.

Todas estas plantas são consideradas poderosas e sagradas, e apresentam um perigoso potencial se não forem devidamente utilizadas. Elas são usadas somente em rituais sob condições restritas, e nunca de maneira casual, como passatempo.



Contra as expectativas

OS WAIÃPI

Os Waiãpi do norte da Amazônia quase foram dizimados quando suas terras foram invadidas nos anos 70. Atualmente eles estão se recuperando e lutando para garantir sua sobrevivência enquanto povo – mas na sua luta eles enfrentam discriminação e hostilidade de setores governamentais e da sociedade, com forte poder de influência.

Os Waiãpi falam de um passado quando viviam no sul, nas margens de um frondoso rio. Invasões agressivas de missionários e de escravistas durante o período colonial forçaram os Waiãpi a fugir das suas terras e buscar refúgio na floresta no norte da Amazônia. Ali eles viram poucos brancos, ocasionalmente um caçador ou um minerador, até que um dia uma estrada foi construída atravessando suas terras, entre 1975-76.

Os Waiãpi estão se recuperando depois de estarem à beira da extinção nos últimos 30 anos e a população está crescendo.

Um grande número de Waiãpi morreu, devido ao contato com doenças as quais eles não tinham nenhuma imunidade. Quase todos os idosos faleceram. A população estimada em 6.000 em 1824 caiu para 150, quando os exploradores de minérios passaram por suas terras, trazendo consigo doenças e poluição.

Joapirea Waiãpi ficou órfã e foi adotado por um dos garimpeiros. Mais tarde, ele retornou para os Waiãpi, rejeitando assim o sofrimento da cidade. ‘A primeira vez que a gente encontrou com os garimpeiros, depois disso minha mãe morreu e o meu pai morreu da doença do branco. Muitos Waiãpi morreram. Morreu de catapora, de gripe forte e de sarampo. A gente era

Dois terços dos povos tribais do Brasil vivem na Amazônia.



‘No futuro não quero que meus netos digam que o avô deles era louco. Eu não quero que eles digam que eu dei a nossa terra para os brasileiros. Eu quero ver os meus descendentes dizerem que eu defendi direitinho as nossas terras. Se os brasileiros ficarem por aqui não teremos nada para comer. A caça vai desaparecer, porque os brasileiros vão matar tudo. E então não vai

haver mais Waiãpi. Mas eu não vou saber, eu não vou estar mais vivo.’

Wai Wai, um líder Waiãpi

ferida, a língua ferida, vomitando. Os Waiãpi começaram a fugir. Aí, os garimpeiros nem estão. Os garimpeiros queriam acabar com os Waiãpi. Continuam chegando garimpeiros. Naquele tempo ninguém sabia de remédio. O garimpeiro tinha remédio mais não quis dar para os doentes, para o índio.’

Os poucos sobreviventes Waiãpi fugiram floresta adentro, sem entender o que estava acontecendo e sem entender português, enquanto mais e mais garimpeiros chegavam. Aos poucos começaram a se recuperar do impacto inicial, que quase chegou a destruí-los por completo.

Os Waiãpi delimitaram o seu território, e construíram novas aldeias localizadas em posições estratégicas para a sua própria proteção. Recentemente eles próprios começaram fazer lavra de ouro em aluvião de pequena escala, nas áreas que tinham sido abertas pelos garimpeiros. Isso permitia que eles tivessem uma pequena renda, a qual usavam para comprar tecidos, sal e açúcar nas cidades mais próximas. Todavia, em 1997, indignados pelo fato de que os Waiãpi estavam obtendo uma modesta renda da sua terra, garimpeiros,

políticos corruptos, missionários fundamentalistas da Missão Novas Tribos e até mesmo funcionários da FUNAI local, tentaram impedir a continuação dessas atividades, exigindo a redução do território Waiãpi. O governo paralisou os projetos de saúde e educação, impedindo o acesso de médicos e professores. Os Waiãpi viram-se cercados de inimigos: ‘Eles são todos iguais – agentes federais, garimpeiros, caçadores, madeireiros, todos farinha do mesmo saco’.

O Centro de Trabalho Indigenista e a Survival lançaram uma campanha internacional vigorosa, e em 1999, um juiz decretou que os Waiãpi tinham o direito à lavra de ouro em aluvião na área indígena. Ao longo dos anos de sofrimento, os Waiãpi defenderam-se de ataques – físicos, verbais e no papel. A população Waiãpi está crescendo e eles estão cuidando das suas próprias vidas. Os Waiãpi demonstraram ser possível para uma pequena tribo isolada sobreviver e se auto-afirmar.

Festas e danças são importantes para os Waiãpi, que comemoram eventos do ciclo da natureza, como a desova dos peixes.



‘O nosso grito espalha-se pelos quatro cantos do país, não para exigir projetos de saúde ou comunitários, pois estes são secundários ao drama que os povos indígenas do Brasil vivem agora. O que é mais importante é garantir nossas terras, nossa herança e o berço das nossas tradições culturais.’

Assembléia de Representantes Indígenas, Brasil, 1978



Propriedade da terra

De acordo com leis internacionais, povos indígenas são donos das terras em que vivem e usam. Isso está na Convenção (nº 107) da Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas de 1957, cuja lei o Brasil é signatário desde 1965. Apesar disso, o Brasil permanece sendo o único país na América do Sul (com exceção do pequeno Suriname) onde os índios não tem o direito de propriedade da sua própria terra. Isso é uma violação das responsabilidades legais do Brasil e contraria os princípios da ONU, nos últimos 40 anos ou mais, deixando as terras indígenas em uma posição de extrema vulnerabilidade.

'Devolvam a terra aos Makuxi.' Os Makuxi sofreram nas mãos da polícia e de jagunços durante sua luta pela terra. Umbelina Viriato e outros representantes Makuxi viajaram à Europa em 1995 para contar a sua estória para a mídia internacional. A luta pela terra Makuxi e a campanha da Survival continuam.

No Brasil, índios são considerados legalmente como incapazes e as suas comunidades não tem direito nenhum à propriedade de terra: eles podem simplesmente viver e usar algumas áreas que pertencem ao governo, as quais são reconhecidas como 'áreas indígenas' ou 'parques'. Este reconhecimento, geralmente por decreto presidencial, pode ser facilmente modificado ou anulado por subseqüentes decisões presidenciais, e muitas vezes é isso que acontece.

Para que uma área seja reservada para 'uso' indígena, precisa ser inicialmente 'delimitada' (divisas indicadas no mapa) e depois 'demarcada' (com marcas no solo). Esses passos geralmente levam anos para serem conduzidos e nunca começam sem que haja forte pressão de indivíduos dentro e fora do governo que dão um verdadeiro apoio aos índios. Esse processo sempre depara-se com fortes pressões exercidas por oponentes dos índios, com frequência garimpeiros e madeireiros ou políticos

‘Esta terra que o branco chama de Brasil era dos índios. Vocês invadiram e tomaram conta dela. Os índios que são verdadeiros donos dessa terra não tem direitos de ter um pedaço dessa terra. O índio é o primeiro habitante dessa terra. Não invadimos terra de ninguém e nem terra de outro país. Só vamos querer terra que era nossa. Que pertence ao índio.’ Megaron Txukharramae, 1981

locais em busca de votos ou parte dos lucros, ou ambos. Muitos oficiais militares de posição elevada tem sido fortes opositores à propriedade indígena da terra nas áreas fronteiriças e, não só tendo tomado o controle do governo no passado recente do Brasil, eles ainda querem ter um firme controle sobre áreas que vêm como estrategicamente sensíveis.

O resultado disto tudo é uma constante pressão exercida no governo para que não crie novas áreas indígenas, para que reduza as existentes, e mesmo anule aquelas anteriormente decretadas. Em 1996 o Ministro da Justiça assinou um decreto que oferecia a terceiros, tais como madeireiros e colonos, o direito de contestar os limites de demarcações. Oito áreas seriam ‘revisadas’, ou em outras palavras, reduzidas. Estes casos podem se arrastar sem solução definitiva.

Esse mesmo ministro assinou um ato para a redução da área demarcada de Raposa/Serra do Sol, onde vivem doze mil índios. Sua intenção era de que os índios passassem a viver em uns poucos enclaves diminutos, enquanto que pelo menos um quinto da terra a eles pertencente tornaria-se disponível para a mineração e criação de gado. Após longos protestos, o presidente prometeu reconhecer o território inteiro como uma área única. Mesmo assim um grupo de fazendeiros que ocupa a terra

indígena, apoiado por políticos locais, levou o caso à justiça, com o intuito de reverter esta decisão.

Tais reduções de territórios indígenas são sempre apresentadas como ‘interesse nacional’, e no entanto a motivação dá-se pelos interesses econômicos de alguns poucos indivíduos poderosos. Essas reduções são desastrosas para os índios em questão, e de pouco ou nenhum benefício para a população do Brasil como um todo.

A única resposta efetiva às constantes tentativas de redução da terra indígena, e para iniciar uma reparação às violentas injustiças enfrentadas pelos índios durante cinco séculos, seria o Brasil parar de infringir a lei internacional e reconhecer os direitos dos índios à propriedade da terra. A propriedade da terra oferece a única segurança a longo prazo para povos indígenas em qualquer lugar. A comunidade toda ou o povo inteiro deve ser proprietário da terra, o título deve ser outorgado perpétuo e inalienável. Qualquer outra ação, como a doação de lotes de terra à indivíduos, ou títulos transferíveis ou que possam ser vendidos, irão levar com certeza à fragmentação da terra, pois indivíduos podem sofrer pressões, intimidações ou serem enganados, de forma que acabem cedendo suas terras. Os governos Norte-Americano e Chileno usaram da distribuição de títulos



A ESTÓRIA DE CLEONICE

Os Makuxi, Wapixana, Ingarikó e Taurepang vivem no norte do Amazonas. Eles estão enfrentando um dos piores casos de violência contra os povos indígenas no Brasil e estão lutando para que a área Raposa/Serra do Sol seja reconhecida legalmente como pertencente a eles. Muitos índios já foram assassinados, centenas já

sofreram espancamentos e suas casas e criação foram destruídos pela polícia e fazendeiros, que opõem-se à causa dos índios.

Maria Cleonice Servino, uma mulher Wapixana, descreveu um incidente muito comum quando a polícia militar, a pedido de um fazendeiro, atacou a sua aldeia em 1987.

‘Eu estava gestante de três meses naquela época. Doze viaturas cheias de soldados chegaram. Foram espancando tudo, quebrando tudo, e quebraram a costela de um irmão. Derrubaram mulheres no chão, crianças chorando por debaixo das mães. Eu fiquei de pé. O soldado encostou e me mandou deitar. Eu disse que não deitava. “Eu não sou cachorro para você chegar e falar assim comigo. Eu estou na minha maloca.” E nessa hora estava chovendo e as crianças todas sujas de lama. Jogaram uma mesa em cima dos homens, embolaram, era gente por cima de gente, junto com mesa, criança, mulher, tudo chorando. Só quem não chorou fui eu, não sei porquê.

Aí ele me empurrou com o cano da espingarda... do fuzil. “Olha, por que o senhor não me mata logo? O senhor está me batendo, por não me mata logo? Eu estou gestante de três meses, se meu filho morrer na minha barriga o culpado é você, eu disse para ele. O senhor manda lá no quartel. Aqui, quem manda somos nós”. O soldado puxou assim e foi na hora que ele botou a espingarda aqui, eu taquei a mão no fuzil dele. “Você escapa dessa, mas da outra você não escapa”, ele falou.’



‘Quero falar de Urihi. Urihi significa para nós nosso lugar. É nosso terreno. Esse Urihi Yanomami não se vende. Ele não tem preço. Urihi não tem preço de nada porque não tem dinheiro que paga o lugar dos Yanomami. Os Yanomami já tomamos conta desta terra antes de chegar esses políticos. Nossas comunidades não tem papel. O nosso ‘papel’ é nosso pensamento. O nosso ‘papel’ é muito antigo também. Já tinha esse pensamento antes de chegar os brancos querendo tomar o nosso lugar, o nosso

Urihi. Então Urihi é muito importante para o povo Yanomami. O Yanomami tem pensamento diferente dos brancos. Nós derrubamos a floresta só para trabalhar, não é para derrubar árvores para vender. Nós derrubamos com a permissão da comunidade. Derruba e a gente planta alimentação para sustentar a comunidade. Omame (o criador) que deu Urihi para as comunidades permanecer lá. Aonde os índios nasceram para permanecer. Queremos que se respeite a nossa Urihi. Os brancos trouxeram a doença dentro da Urihi e contaminou o nosso sangue, a nossa vida. Já tem comida natural. Tem muitas frutas então não precisa derrubar e plantar de novo. A comunidade precisa das árvores e as frutas vivas, e os igarapés vivos e as montanhas cheias de flores, de chuva, de vento, e os passarinhos cantando. Nós precisamos tudo isso vivo.

A terra é como pai porque procura comida. A água é como mãe quando você é com sede dá água para beber. Urihi é como meu irmão, um irmão de verdade, ele que dá energia para a gente crescer, para nossas crianças crescer. Então nós crescemos junto com as árvores, os animais e os peixes. Quando está muito quente a floresta pega energia da chuva. Cai em cima da gente e não deixar esquentar. A chuva limpa a comunidade. Nós temos raízes. Significa demarcação – lá tem raiz enterrada. Essa raiz é muito antiga mais nunca morreu – por isto temos floresta e terras boas e as pedras que os brancos quer mais não deixamos eles pegarem. Sempre lembrem de nós – vocês tem força. Vocês são os únicos que tem força no exterior. As autoridades sempre critica vocês fazendo trabalho a favor da gente. Mas vocês não tem medo. Continuem falando, reclamando, e deixar os Yanomami vivo.’ Davi Yanomami aos sócios da Survival, 1992

O direito à propriedade da terra é fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas em toda parte.

individuais como um plano deliberado para a destruição de comunidades indígenas.

Embora nada possa garantir totalmente o futuro de nenhum povo, a propriedade da terra é a melhor proteção que os índios do Brasil podem obter. A propriedade em si não poderá prevenir a entrada de todos os invasores nas terras indígenas, nem as tentativas de assassinatos, nem poderá impedir que doenças contagiosas se espalhem, mas permitirá que os índios tenham um instrumento legal máximo para sua proteção, e permitirá que eles tenham controle de suas próprias terras e de suas próprias vidas. Fiscalização e serviços de saúde serão ainda necessários. Assegurar a terra indígena trata-se de um passo essencial, e isso poderia ser efetuado a baixo custo, por não mais do que os recursos atualmente utilizados para as demarcações. Áreas indígenas existentes poderiam ser designadas como terras de propriedade dos povos que a ocupam, e onde novas áreas forem criadas, fundos internacionais já disponíveis para projetos indígenas poderiam ser utilizados para o requerido mapeamento.

No entanto a esperada hostilidade contra tais propostas é tal que mesmo muitos simpatizantes dos povos indígenas no Brasil temem que, se esta questão for levantada, provocará uma reação anti-indígena ainda mais forte. Mas o fato de

o que é lei em outros países amazônicos ainda ser considerado tabu no Brasil certamente faz parte do problema: os povos indígenas não tem nenhuma chance de ter a propriedade da terra a menos que um debate seja lançado dentro do Brasil.

A pressão anti-indígena no Brasil apoia-se naqueles indivíduos que buscam lucrar com a exploração da terra indígena e é alimentada por um racismo imbuído e profundo, que considera os povos indígenas inferiores aos ‘brancos’. Esse grupo oporá a idéia da propriedade indígena e declarará que trata-se de mais uma trama ou conspiração dos ‘inimigos do Brasil’. Essas argumentações são evidentemente fictícias: muitos que apoiam os povos indígenas, dentre eles os que apoiam Survival International, são brasileiros e alguns fazem parte dos altos escalões do governo e da Igreja. Muitos destes apoiam discretamente a justiça da propriedade dos índios à terra, contudo no país como um todo há um racismo arraigado, que garante que esse assunto não seja abertamente levantado.

A recusa ilegal ao reconhecimento do direito dos povos indígenas à propriedade da terra pelo Brasil é um dos casos de violações de direitos humanos mais longos e gritantes no mundo hoje em dia. É hora do governo brasileiro agir, parar de infringir a lei, aceitar que os poucos povos indígenas que conseguiram sobreviver aos últimos quinhentos anos são donos das suas terras. Esta mudança seria simples e o mais efetivo passo para finalmente pôr um fim ao genocídio dos povos indígenas mais vulneráveis do Brasil, e permitir-lhes assim uma chance real de sobrevivência.



ESCREVA PARA O PRESIDENTE DO BRASIL

Se você quiser ajudar os povos indígenas do Brasil, você pode fazê-lo escrevendo uma carta cortês para o presidente do Brasil, indicando a sua oposição ao contínuo ataque às terras dos índios do Brasil. Essa carta pode ser bem resumida. Escreva em português, inglês ou idioma de sua preferência.

As autoridades brasileiras dão muita atenção à opinião pública internacional no que se refere aos povos indígenas – sua opinião conta.

**Presidente da República
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
70150-900, Brasília DF
Brasil**

(Comece a carta com ‘Sua Excelência’)

Survival

A SURVIVAL INTERNATIONAL É UMA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS. DEFENDE O DIREITO DESSES POVOS DE DECIDIR SEU PRÓPRIO FUTURO E OS AJUDA A PROTEGER SUAS VIDAS, TERRAS E DIREITOS HUMANOS.

Hoje há cento e cinquenta milhões de povos tribais no mundo. Quase todos são perseguidos implacavelmente – suas terras são inundadas por barragens, são dizimados por doenças, forçados a sair de suas terras por madeireiros e garimpeiros, e expulsos por colonos.

Survival foi fundada em 1969 em resposta às atrocidades cometidas contra os índios do Brasil. Durante mais de trinta anos Survival vem trabalhando para defender os direitos dos povos tribais em todo o mundo, da Sibéria ao Caláiri, e para ajudá-los na resolução de seus problemas, oriundos da cobiça de outros às suas terras.

Survival campanha pelos direitos dos povos tribais à propriedade das suas terras e pelo direito de viverem como escolherem; apoia as suas organizações e oferece uma plataforma para a divulgação dos seus casos para o mundo. O trabalho educacional da Survival opõe-se ao racismo, e demonstra que os povos tribais não são primitivos. A longo prazo este é o ímpeto de mudança mais efetivo.

Survival não aceita contribuições financeiras de nenhum governo. O apoio financeiro vem de membros e indivíduos e isso permite que a Survival tenha uma voz forte e independente. Se você quiser se tornar sócio da Survival, visite nosso website ou entre em contato pelo endereço na página final. A associação é gratuita para pessoas indígenas.



www.survival-international.org

AGRADECIMENTOS

Muitos índios e suas organizações vem compartilhando com Survival suas visões durante mais de três décadas e receberam-nos em suas comunidades. Esse livro foi inspirado neles. Há tantos, que torna-se impossível mencionar todos os nomes, mas somos profundamente agradecidos a todos. Survival também agradece muitos outros indivíduos e organizações, no Brasil e em outros países, que compartilharam suas perspectivas e informações ao longo dos anos. Agradecemos todos os fotógrafos que gentilmente doaram as suas fotos. Agradecemos também Zé Karajá da Cunha, Clare Dixon, John Hemming, Telma Camargo Holanda, Lesley Anne Knight e Jan Smith pela ajuda e pelo estímulo na produção deste livro.

CAFOD – a Agência Católica da Inglaterra e País de Gales para o Desenvolvimento – é membro da Caritas Internacional, a rede mundial de organizações católicas para auxílio e desenvolvimento. CAFOD acredita que todos os seres humanos tem o direito à dignidade e respeito e que os recursos do mundo são uma dádiva para ser compartilhada por todos os homens e mulheres, independente de nacionalidade, raça ou religião. Informações a respeito do trabalho da CAFOD no Brasil e em outras regiões encontram-se em: <http://www.cafod.org.uk>

Survival agradece o apoio e o estímulo dado pela CAFOD na produção desta publicação.



ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

MARI – o Centro de Educação Indígena da Universidade de São Paulo distribui gratuitamente um diretório de organizações indígenas no Brasil. Endereço eletrônico: grupioni@usp.br

Pode-se contatar as organizações não-governamentais que trabalham com índios no Brasil pelos sites de internet e correio eletrônico abaixo.

ANAI – Associação de Ação Indigenista – anai@e-net.com.br
CCPY – Comissão Pró-Yanomami – www.uol.com.br/yanomami
CIMI – Conselho Indigenista Missionário – www.cimi.org.br
CPI – Comissão Pró-Índio de São Paulo – cpisp@uol.com.br
CTI – Centro de Trabalho Indigenista – cti@dialdata.com.br
ISA – Instituto Socioambiental – www.socioambiental.org
OPAN – Operação Amazônia Nativa – opan@ax.apc.org

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa: menina Kayabi © CIMI; orelha: xamã Yanomami © Claudia Andujar; frente: pai e filho Enawene Nawe © Fiona Watson/Survival; lista de conteúdos: homem Arara © John Miles/Panos; introdução: © Eduardo Viveiros de Castro; p2 © Charles Vincent/Survival; p3 © Adrian Cowell/Hutchison Picture Library; p4 © Fernando López/CIMI-Norte 1; p5 © Jan Smith; p8 © José Idoyaga/Survival; pp11 & 12 © Royal Geographical Society Picture Library; p14 © Sue Cunningham/SCP; p16 © Philippe Erikson; p20 © Erling Söderström/Survival; p22 © Erling Söderström/Survival; p23 © Philippe Erikson; p24 © Fiona Watson/Survival; p26 © Fiona Watson/Survival; p28 © Fiona Watson/Survival; p30 © Fiona Watson/Survival; p31 © Fiona Watson/Survival; p32 © Pedro Martinelli; p35 © Pedro Martinelli; p36 © Pedro Martinelli; p38 © Pedro Martinelli; p41 © Pilly Cowell/Hutchison Picture Library; p42 © Pilly Cowell/Hutchison Picture Library; p44 © Claude Lévi-Strauss; p46 © Claude Lévi-Strauss; p47 © Marcos Santilli/Panos Pictures; p48 © Carlo Zaccuini/CCPY; p50 © Sue Cunningham/SCP; p51 © Helen Dent/Survival; p52 © CIMI/Survival; p54 © Fiona Watson/Survival; p56 © Adrian Cowell/Hutchison Picture Library; p58 © Adrian Cowell/Hutchison Picture Library; p59 © Victor Englebert 1980/Survival; p60 © João Rippner; p62 xamã Araweté © Eduardo Viveiros de Castro; p63 © João Ripper; p64 © Simon Rawles; p67 © João Ripper; p68 © Victor Englebert 1980/Survival; p70 Yanomami © Claudia Andujar; p73 © Victor Englebert 1980/Survival; p74 © Fiona Watson/Survival; p76 © Alan Campbell/Survival; p77 © Dominique Gallois/Survival; p78 © Mario Ruggari/Survival; p81 © Fiona Watson/Survival; p82 Yanomami © Peter Frey/Survival; p83 © Fiona Watson/Survival; p85 Yanomami © Alfredo Cedeño/Panos Pictures; p86 © Survival; p89 bebê Kayapó © Sue Cunningham/Survival; p90 Yanomami © Victor Englebert, 1980; © contra-capas © John Miles/Panos Pictures. Mapa p6: © 1993 Digital Wisdom, Inc.





‘A dizimação dos povos nativos das Américas é como uma pergunta assombrosa, pairando no vento: como nós permitimos que isso acontecesse?’

Nelson Mandela, 1996

© Survival International, 2000

A Survival International é uma organização mundial de apoio aos povos indígenas. Defende o direito desses povos de decidir seu próprio futuro e os ajuda a proteger suas vidas, terras e direitos humanos.

Survival International
11-15 Emerald St.
Londres
WC1N 3QL
Inglaterra

T +44 (0)20 7242 1441

F +44 (0)20 7242 1771

info@survival-international.org

www.survival-international.org

ISBN 0-946592-12-8

Equipe editorial Fiona Watson, Stephen Corry, e Caroline Pearce

Tradutores Telma Camargo Holanda e Jesus Chimenes Gil

Design Honor Drysdale

Impressão Waterside Press

Publicado por Survival International

Survival é uma organização não-governamental sem fins lucrativos 267444



uma publicação da Survival International
www.survival-international.org

ISBN 0-946592-12-8



9 780946 592128